

REGIÃO CENTRO



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO QUARTO TRIMESTRE DE 2011

13



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 16** Turismo
- 17** Construção e Habitação
- 19** Preços e Consumo Privado
- 21** Políticas Públicas na Região Centro
- 26** Cooperação Transnacional do Sudoeste Europeu 2007-2013

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

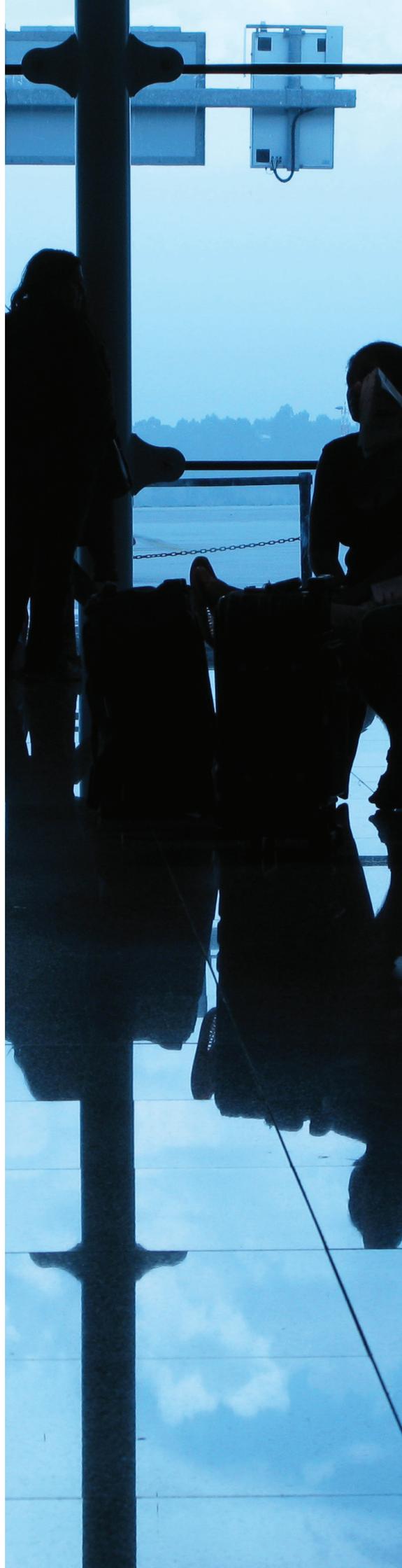
- 28** A importância e as alterações recentes na agricultura da Região Centro

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Março de 2012 | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. Impressão: QUILATE - Artes Gráficas, Lda | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>





Ano de 2011

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 1,6% no ano de 2011, contrastando com o aumento de 1,4% registado em 2010. Este decréscimo do PIB nacional resultou da diminuição da procura interna, nomeadamente da queda das despesas de consumo das famílias e do investimento. Também a taxa média anual de desemprego e o nível geral de preços aumentaram em Portugal, face a 2010. Positivamente, destacaram-se o aumento das exportações e a diminuição das importações.

Na Região Centro, o ano de 2011 ficou marcado por um agravamento do desemprego. A população desempregada fixou-se, em termos médios anuais, em 131,1 mil indivíduos em 2011, o que corresponde a uma taxa de desemprego média de 12,7%. Neste ano, o desemprego afetou mais a população feminina e os mais jovens (15-24 anos).

No comércio internacional de bens, no ano de 2011 registou-se um crescimento dos movimentos de saídas e de entradas da região. Apesar destes resultados positivos, o setor empresarial evidenciou grandes constrangimentos financeiros com o aumento do crédito vencido e com maior dificuldade em contrair financiamento junto do sistema bancário. No entanto, continuou a verificar-se uma dinâmica empresarial forte, tendo-se registado um crescimento de novas empresas superior ao do ano anterior e um aumento menos intenso das ações de insolvência.

Quarto Trimestre de 2011

No quarto trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto nacional registou um decréscimo homólogo de 2,8% que se deveu a um novo agravamento da procura interna. Simultaneamente, em Portugal, registaram-se novos agravamentos da taxa de desemprego (que se fixou em 14%) e dos preços no consumidor, que aumentaram 3,9%. Esta conjuntura negativa originou uma quebra para valores muito negativos na confiança dos consumidores e na perceção dos empresários relativamente à atividade económica.

Na Região Centro, o mercado de trabalho sofreu um forte recuo: a taxa de atividade atingiu o menor valor do ano, a taxa de emprego diminuiu e a taxa de desemprego aumentou de forma significativa. A taxa de desemprego regional fixou-se em 12,6%, afetando já 158,9 mil indivíduos, em particular, os homens, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e aqueles que estão em situação de desemprego há 12 meses ou mais.

O setor empresarial continuou a registar grandes dificuldades: nova diminuição dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras, aumento do crédito vencido e crescimento das ações de insolvência. Neste trimestre, pela primeira vez no ano, o número de novas empresas constituídas diminuiu face ao trimestre homólogo. Também a atividade comercial dos operadores do Centro de Portugal com outros países registou um decréscimo.

Até ao final de 2011, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 12.575 projetos de investimento no Centro, envolvendo um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e 4,8 mil milhões de euros de fundos comunitários aprovados. No final do ano, a região mantinha-se assim como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, neste mesmo período, tinham sido aprovadas 2.760 operações, a que correspondia uma comparticipação de FEDER de 1,4 mil milhões de euros. No final do ano de 2011, a taxa de execução do Mais Centro atingiu 34,7%, ou seja, mais do dobro da taxa de execução do final de 2010. O Mais Centro conseguia assim, no final de 2011, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

Ano de 2011

O Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 1,6% em volume no ano de 2011, invertendo o aumento homólogo de 1,4% registado em 2010. Esta diminuição do PIB nacional em 2011 resultou do decréscimo da procura interna, nomeadamente da diminuição das despesas de consumo das famílias e do investimento. As exportações, apesar de terem abrandado, aumentaram face ao ano de 2010 e as importações diminuíram. A taxa de desemprego média em 2011 aumentou face a 2010, tal como o nível geral dos preços.

Quarto trimestre de 2010

No quarto trimestre de 2010, o Produto Interno Bruto voltou a diminuir em termos homólogos (2,8%). Esta situação foi resultado de um agravamento da procura interna, de forma muito vincada no caso do consumo das famílias e do investimento. Também a taxa de desemprego nacional registou um novo agravamento, fixando-se em 14%, e o nível geral dos preços aumentou. Como consequência, as perceções dos consumidores e dos empresários foram muito negativas neste trimestre, atingindo os menores valores das últimas duas décadas. Apenas a procura externa teve um comportamento positivo, com as exportações a aumentarem.

-2,8%

foi o decréscimo homólogo trimestral do PIB e

-6,6%

a quebra do consumo das famílias

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010
PIB ¹	v. h. (%)	-2,8	-1,9	-1,1	-0,6	1,0	-1,6	1,4
Procura interna	v. h. (%)	-9,5	-4,9	-5,2	-3,3	0,2	-5,7	0,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	-6,6	-3,4	-3,3	-2,3	1,2	-3,9	2,1
Taxa de investimento	%	15,0	17,2	17,3	18,6	19,3	17,0	19,5
Exportações	v. h. (%)	5,8	6,7	8,8	8,4	7,7	7,4	8,8
Importações	v. h. (%)	-13,5	-2,7	-4,3	-1,1	4,1	-5,5	5,4
VAB	v. h. (%)	-2,7	-1,5	-0,9	-0,1	0,6	-1,3	1,4
Taxa de desemprego	%	14,0*	12,4*	12,1*	12,4*	11,1	12,7	10,8
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,9	3,2	3,7	3,7	2,4	3,7	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-56,8	-50,8	-50,7	-48,4	-50,2	-51,7	40,8
Indicador de clima económico	%	-3,9	-2,9	-2,3	-1,7	-0,9	-2,7	-0,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,348	1,413	1,439	1,367	1,359	1,392	1,327
	v. h. (%)	-0,8	9,4	13,1	-1,2	-8,0	4,9	-4,8

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro

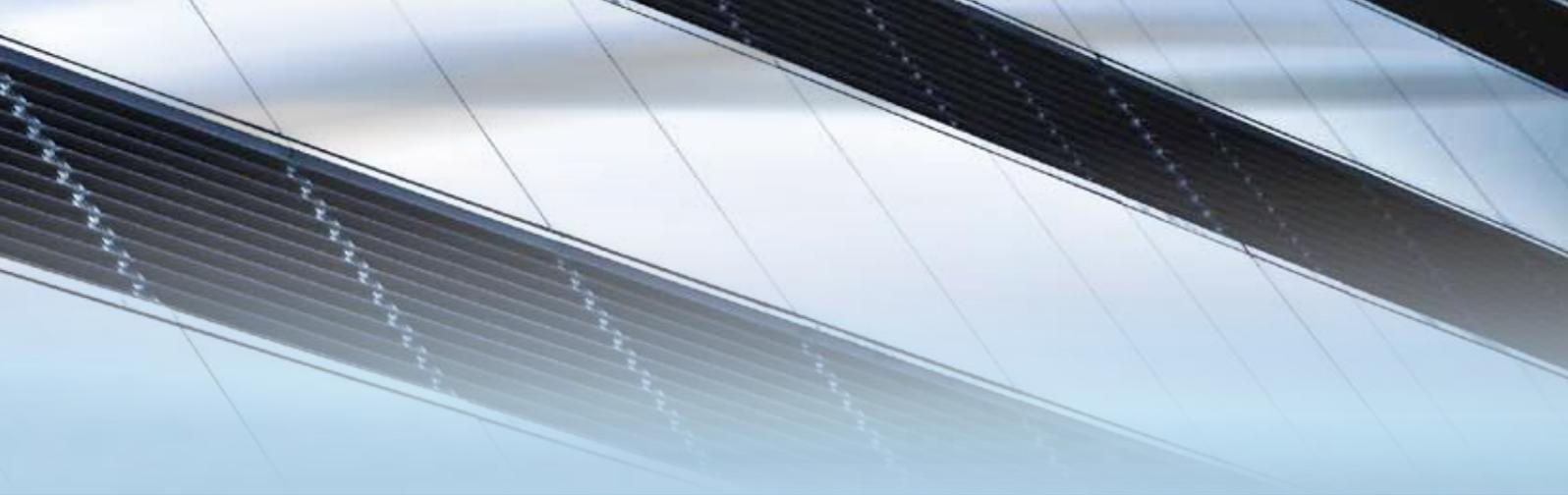
* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 2,8% no quarto trimestre de 2011, face ao trimestre homólogo de 2010² (Quadro 1). À semelhança do ocorreu nos restantes trimestres do ano, a diminuição homóloga do PIB deveu-se ao decréscimo da procura interna, uma vez que a procura externa cresceu.

Acentuando a tendência negativa dos trimestres anteriores, a procura interna diminuiu 9,5% face ao período homólogo, sendo mais uma vez o maior decréscimo dos últimos anos (pelo menos desde o início de 1995³). Este comportamento da procura interna resultou da quebra quer das despesas de consumo final (-6,3%) quer do investimento (-24,3%). As despesas de consumo das famílias registaram uma quebra de 6,6%, resultado de uma diminuição observada em todas as classes de despesa: bens alimentares (-1,1%), bens duradouros (-31,3%) e bens correntes não alimentares e serviços (-4,3%). De realçar o facto de esta evolução ser a mais negativa de toda a série e o facto das despesas das famílias em bens alimentares terem registado apenas uma diminuição nos dois

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



últimos trimestres (desde 1995). O valor das despesas de investimento tem vindo a apresentar reduções sucessivas, tendo, neste trimestre, atingido o seu mínimo histórico dos últimos, pelo menos, 17 anos. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) voltou a diminuir, continuando assim a trajetória descendente iniciada no terceiro trimestre de 2009, fixando-se neste trimestre em 15,0%, o que se traduziu numa diminuição de 4,3 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e de 2,2 p.p. face ao trimestre anterior.

No que respeita à procura externa, neste trimestre, as exportações aumentaram 5,8% e as importações diminuíram 13,5%. Apesar do aumento das exportações continuar a ser expressivo, voltou a verificar-se uma desaceleração deste movimento comercial que se deveu ao abrandamento das exportações de serviços. A queda das importações reflete o comportamento negativo da procura interna, tendo-se registado uma quebra das importações de bens na ordem dos 15,7%. Já as importações de serviços aumentaram marginalmente 0,2%.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu, em termos homólogos, pelo quarto trimestre consecutivo (-2,7%). Neste trimestre, voltou a acentuar-se a diminuição do VAB no ramo da “construção”, que diminuiu 12,7%. Apenas se registou uma variação positiva do VAB no ramo de atividade “agricultura, silvicultura e pesca” (2,5%). A “indústria” registou uma desaceleração ao longo dos últimos trimestres, tendo agora registado uma quebra homóloga de 2,6%.

Neste trimestre assistiu-se a um novo agravamento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego nacional estimada foi de 14%, aumentado assim 1,6 p.p. face ao trimestre anterior e voltando a registar um novo máximo histórico. Apesar dos valores do ano de 2011 serem os primeiros de uma nova série de dados divulgada pelo INE, deixando assim de ser comparáveis com os valores divulgados nos trimestres dos anos anteriores, é de destacar que se mantém muito acima dos que assumiam nos períodos homólogos. Em termos anuais, a taxa de desemprego referente ao ano de 2011 foi de 12,7%.

No quarto trimestre, o Índice de Preços no Consumidor registou um acréscimo homólogo de 3,9%, aumentando assim 0,7 p.p. face ao trimestre anterior. Tal como nos trimestres anteriores, o nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo apenas na classe de bens “vestuário e calçado” (-2,2%). As restantes 11 classes de bens do IPC registaram um aumento do nível dos preços, destacando-se com os maiores crescimentos as classes da “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (10,4%), dos “transportes” (7,7%), das “bebidas alcoólicas e tabaco” (6,4%) e da “saúde” (6,3%). Relativamente aos valores médios anuais, em 2011, a taxa de inflação homóloga foi de 3,7%, mais do dobro da registada para o ano de 2010, traduzindo, tal como alerta o INE, o acentuado aumento do preço dos produtos energéticos e a alteração da taxa do IVA normal de 21% para 23% a partir de janeiro de 2011.

As perceções dos agentes económicos deterioraram-se face ao trimestre homólogo e face ao trimestre anterior. As expectativas dos consumidores foram neste quarto trimestre muito negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores⁴ do INE. Também a confiança dos empresários relativamente à atividade económica diminuiu, segundo o indicador de clima económico⁵. Estes dois indicadores registaram neste trimestre o valor mínimo das últimas duas décadas.

No quarto trimestre de 2011, registou-se uma ligeira variação homóloga negativa da taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro), assistindo-se assim a uma desvalorização do euro face ao seu valor no mesmo trimestre do ano anterior. O mesmo aconteceu relativamente ao trimestre anterior. Esta desvalorização resultou num aumento da competitividade das exportações portuguesas nos mercados extracomunitários, dado que igual quantidade de bens exportados era agora mais barata. No entanto, é de referir que a taxa de câmbio média anual em 2011 foi 4,9% mais elevada do que o seu valor médio de 2010.

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

Ano de 2011

De acordo com informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, o valor médio anual da taxa de atividade (15 e mais anos) cifrou-se, no ano de 2011, em 61,3% em Portugal e em 62,0% na Região Centro⁷. A taxa de emprego ascendeu a 53,5% a nível nacional, valor mais reduzido do que o regional que se posicionou em 55,6%. Já a taxa de desemprego atingiu 12,7% em território português e 10,3% na região. Na Região Centro a população desempregada fixou-se, em termos médios, em 131,1 mil indivíduos, sendo mais afetada a população feminina, com uma taxa de desemprego de 11,3% e os mais jovens (15 aos 24 anos) com uma taxa de desemprego de 26,2%.

12,6%

foi a taxa de
desemprego trimestral
na região

34,7%

dos jovens ativos
estavam desempregados

Quarto trimestre de 2011

A taxa de atividade em Portugal e na Região Centro atingiu o menor valor do ano, posicionando-se, respetivamente, em 60,9% e 61,3%, no quarto trimestre de 2011. Esta variação traduziu-se, por um lado, numa diminuição da taxa de emprego mais acentuada no caso da Região Centro, e por outro lado, num aumento significativo da taxa de desemprego que ascendeu a 14,0% em Portugal e a 12,6% na Região Centro. Na região os desempregados registaram um expressivo acréscimo de 32,5% do terceiro para o quarto trimestre de 2011, principalmente resultado da grande variação observada na população masculina, nos indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 44 anos e nos desempregados de longa duração.

⁷ A análise efetuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. A adoção de um novo modo de recolha da informação, que inclui, maioritariamente, entrevistas telefónicas, em detrimento das entrevistas presenciais, exigiu a introdução de alterações ao questionário. Essas alterações prenderam-se com o desdobramento de questões, a melhor operacionalização dos conceitos, os critérios de classificação dos indivíduos, os filtros e as opções de resposta. Foram ainda adotadas novas tecnologias no processo de desenvolvimento e supervisão do trabalho de campo.

Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série. Por este motivo, a análise reportada ao ano 2011, desenvolvida neste capítulo, tradicionalmente efetuada com recurso a variações homólogas, não é agora concretizável pela falta de dados comparáveis. A opção do “Região Centro – Boletim Trimestral” foi alterar o formato deste capítulo durante o ano de 2011 até ser possível retomar a anterior forma de apresentação da informação. Assim, no primeiro trimestre a análise incidiu sobre a estrutura das rubricas tendo, a partir de então, vindo a ser efetuada uma análise à sua evolução trimestral.

Dados referentes ao Inquérito ao Emprego divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) evidenciaram, no quarto trimestre de 2011, uma redução trimestral das taxas de atividade (15 e mais anos)⁸ portuguesa e da Região Centro, as quais apresentaram os menores valores do ano: 60,9% em Portugal e 61,3% na Região Centro (Quadro 2). Esta diminuição, mais expressiva ao nível regional, conduziu a uma aproximação entre as duas taxas. Numa desagregação por sexo, foi igualmente visível uma redução trimestral⁹ da taxa de atividade, na Região Centro, mais acentuada no caso da taxa de atividade masculina, que diminuiu 1,7 p.p. para 68,3%, do que da taxa de atividade feminina, que contraiu 0,2 p.p. posicionando-se em 54,8%.

Na Região Centro, a população ativa¹⁰ acentuou a redução trimestral iniciada no trimestre anterior, tendo atingido 1.257 milhares de indivíduos, no quarto trimestre de 2011. Esta variação traduziu-se, por um lado, numa diminuição da população empregada (5,0%) e, por outro lado, num aumento significativo dos desempregados (32,5%) que inverteram a trajetória de decréscimo observada nos trimestres anteriores.

⁸ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, “permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)”.

⁹ Variação trimestral percentual - v. trim. (%) – trata-se da variação em relação ao trimestre imediatamente anterior, em percentagem do valor deste.

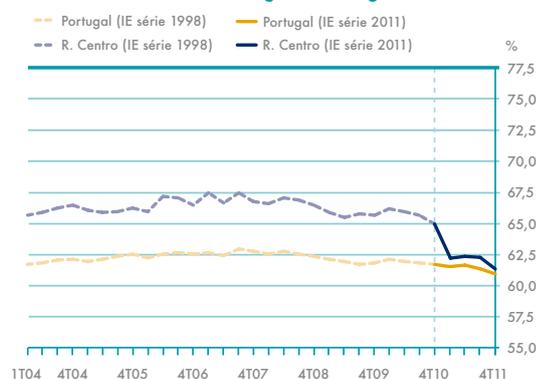
Variação trimestral percentual real - v. trim. real (%) - variação trimestral em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

¹⁰ Segundo o INE, toma-se como população ativa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”.

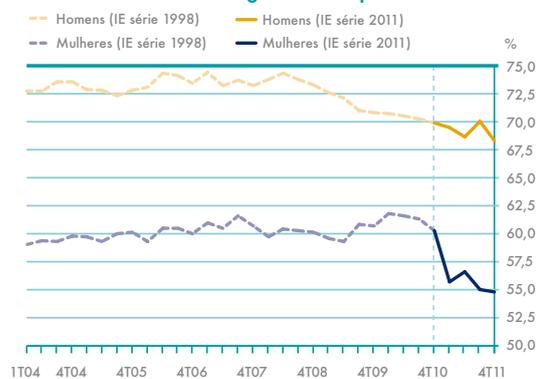
¹¹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

A população inativa¹¹ da Região Centro apresentou, por sua vez, um crescimento trimestral de 1,6%, acentuando a tendência do trimestre anterior. Em praticamente todas as classes de inatividade foi visível uma variação de sentido idêntico, sendo de realçar o acréscimo trimestral de 8,7% da população doméstica e de 7,0% dos estudantes com 15 e mais anos.

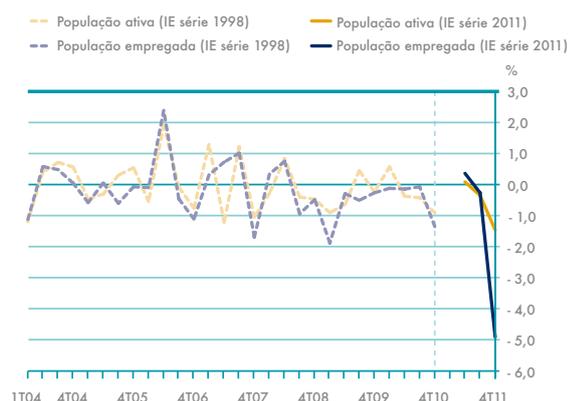
Taxa de atividade em Portugal e na Região Centro



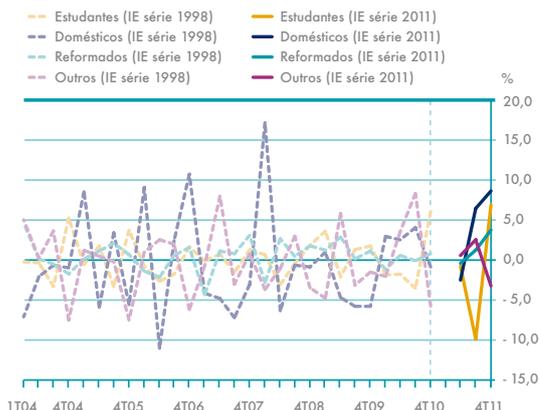
Taxa de atividade na Região Centro por sexo



População ativa e população empregada na Região Centro (variação trimestral)



População inativa na Região Centro por condição perante o trabalho (variação trimestral)



Quadro 2 - Atividade

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010		
								média trimestral		
Taxa de atividade (15 e mais anos)										
Portugal	%	60,9	61,3	61,6	61,5	61,7	61,3	61,9		
Região Centro	%	61,3	62,2	62,4	62,3	64,9	62,0	65,6		
	v. trim. (p.p.)	-0,9	-0,2	0,1	n.d.	-0,7	n.a.	n.a.		
Homens	%	68,3	70,0	68,6	69,5	69,9	69,1	70,4		
Mulheres	%	54,8	55,0	56,6	55,7	60,3	55,5	61,2		
População ativa - Região Centro										
	milhares	1.257,0	1.275,3	1.279,2	1.277,6	1.332,5	1.272,3	1.346,0		
	v. trim. (%)	-1,4	-0,3	0,1	n.d.	-1,0	n.a.	n.a.		
Empregados	milhares	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.141,2	1.242,8		
	v. trim. (%)	-5,0	-0,2	0,4	n.d.	-1,3	n.a.	n.a.		
Desempregados	milhares	158,9	119,9	121,3	124,2	102,5	131,1	103,2		
	v. trim. (%)	32,5	-1,2	-2,3	n.d.	3,3	n.a.	n.a.		
População inativa* - Região Centro										
	milhares	1.116,9	1.098,9	1.095,1	1.097,5	1.047,2	1.102,1	1.033,5		
	v. trim. (%)	1,6	0,3	-0,2	n.d.	1,3	n.a.	n.a.		
Estudantes	milhares	182,6	170,7	189,4	190,8	387,0	183,4	378,7		
	v. trim. (%)	7,0	-9,9	-0,7	n.d.	6,1	n.a.	n.a.		
Domésticos	milhares	109,2	100,5	94,4	96,8	101,0	100,2	99,1		
	v. trim. (%)	8,7	6,5	-2,5	n.d.	-0,9	n.a.	n.a.		
Reformados	milhares	361,5	348,2	343,8	345,0	374,0	349,6	371,2		
	v. trim. (%)	3,8	1,3	-0,3	n.d.	0,8	n.a.	n.a.		
Outros	milhares	463,7	479,5	467,4	464,9	185,1	468,9	184,5		
	v. trim. (%)	-3,3	2,6	0,5	n.d.	-5,8	n.a.	n.a.		

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

* A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade.

Na Região Centro, a taxa de emprego¹² posicionou-se, no quarto trimestre de 2011, em 53,5%, o valor mais baixo do ano (Quadro 3) e que representou um recuo de 2,8 p.p. face ao trimestre anterior. A população masculina foi a mais penalizada uma vez que a respetiva taxa de emprego apresentou uma diminuição mais expressiva (cerca do dobro) do que a taxa de emprego feminina.

A redução da taxa de emprego regional traduz uma diminuição trimestral de 5,0% da população empregada, acentuando-se assim, a tendência de decréscimo iniciada no trimestre anterior. Ambos os sexos contribuíram para este decréscimo. A população masculina, ao contrário da variação evidenciada no trimestre anterior, registou um decréscimo trimestral algo pronunciado (-5,9%). Já a população empregada feminina acentuou a tendência que tinha apresentado, tendo diminuído 3,8%, do terceiro para o quarto trimestre de 2011. Em todos os escalões etários foi visível uma redução da população empregada, atingindo com particular incidência os mais jovens, já que apresentaram uma variação de -14,6%. A redução do emprego abrangeu, igualmente, todos os setores de atividade, realçando-se a variação ocorrida nas “atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” (-9,9%) e no “comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações” (-8,0%) que, tendo sido os setores que maior redução trimestral evidenciaram no quarto trimestre de 2011, foram os únicos que vieram de uma situação de crescimento trimestral do emprego, no trimestre anterior.

Tanto os trabalhadores por conta de outrem como os trabalhadores por conta própria sentiram uma diminuição trimestral do emprego, no quarto trimestre de 2011. Esta redução do emprego nos trabalhadores por conta de outrem, que atingiu 4,2%, afetou de forma mais expressiva os trabalhadores com contratos com termo (-12,8%). Em relação à duração do trabalho, apesar dos trabalhadores, quer a tempo completo quer a tempo parcial, terem registado um decréscimo trimestral, os empregados a tempo parcial registaram uma quebra mais significativa (-7,1%). No que respeita à caracterização dos trabalhadores por conta de outrem em função das habilitações literárias, apenas se verificou um aumento trimestral do emprego nos trabalhadores sem qualquer grau de escolaridade (1,5%), que, no entanto, foi menos significativo do que no trimestre anterior.

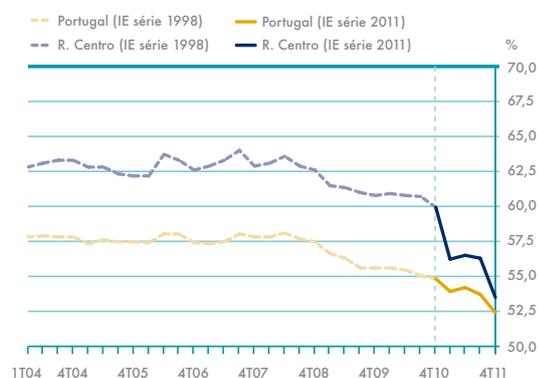
A variação ocorrida no emprego dos trabalhadores por conta própria (-5,6%) foi mais acentuada do que a dos trabalhadores por conta de outrem, no quarto trimestre de 2011, e contrastou com o crescimento observado do segundo para o terceiro trimestres do ano. Foram os empregadores quem mais sentiu a redução trimestral (-9,9%).

¹² A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

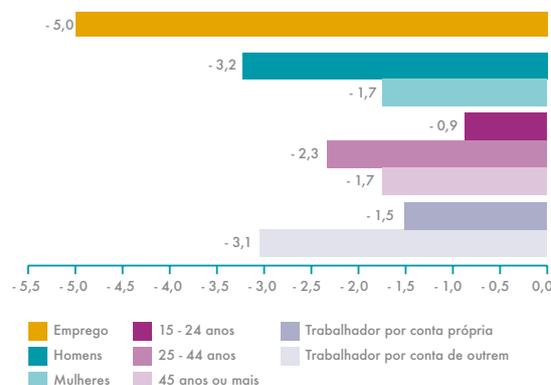
¹³ “A contribuição de uma dada componente para a variação trimestral de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação trimestral (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre anterior) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população ativa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação trimestral da população empregada e da população desempregada para a variação trimestral da população ativa são, respetivamente, dados por $[(E_t - E_{t-1})/A_{t-1}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-1})/A_{t-1}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação trimestral desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação trimestral da população ativa”.

¹⁴ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

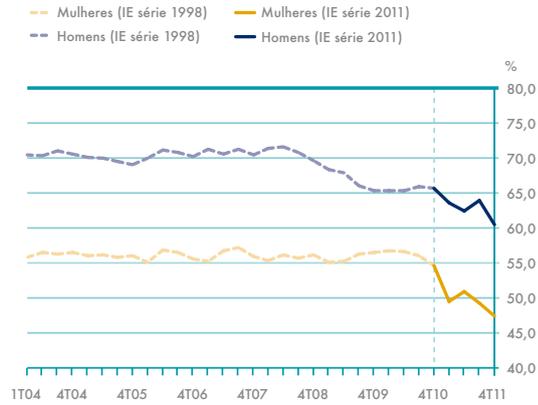
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



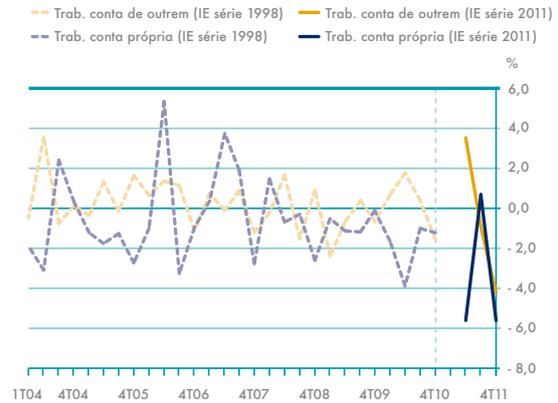
Contributos¹³ para a taxa de variação trimestral do emprego na Região Centro (%)



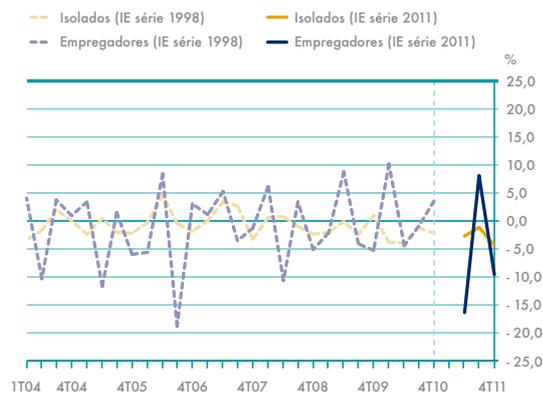
Taxa de emprego na Região Centro por sexo



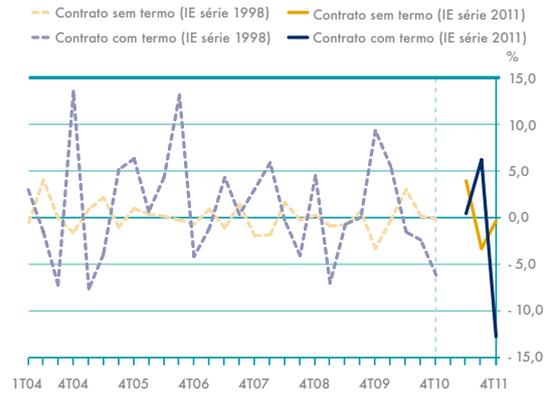
População empregada na Região Centro por situação na profissão¹⁴ (variação trimestral)



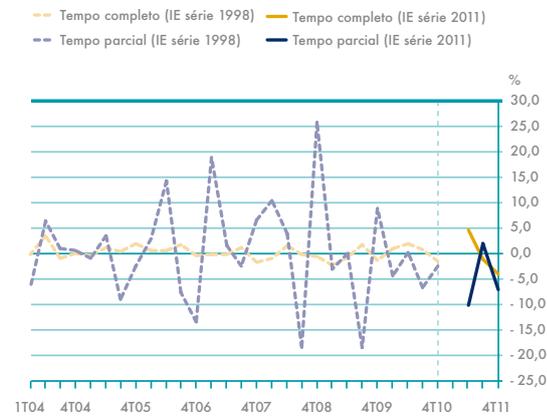
População empregada por conta própria na Região Centro (variação trimestral)



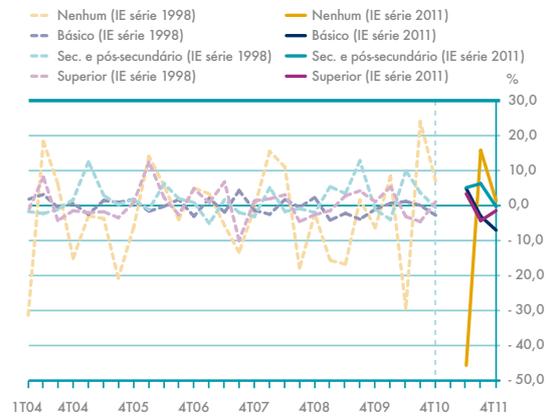
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação trimestral)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação trimestral)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação trimestral)



Quadro 3 – Emprego

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	52,4	53,7	54,2	53,9	54,8	53,5	55,2	
Região Centro	%	53,5	56,3	56,5	56,2	59,9	55,6	60,6	
	v. trim. (p.p.)	-2,8	-0,2	0,3	n.d.	-0,8	n.a.	n.a.	
Homens	%	60,1	63,9	62,5	63,6	65,7	62,5	65,6	
Mulheres	%	47,4	49,3	50,9	49,5	54,6	49,3	56,0	
15 - 24 anos	%	24,4	28,4	26,1	27,5	28,5	26,6	29,8	
65 anos ou mais	%	20,9	22,9	24,6	22,3	29,5	22,7	30,5	
População empregada – Região Centro	milhares	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.141,2	1.242,8	
	v. trim. (%)	-5,0	-0,2	0,4	n.d.	-1,3	n.a.	n.a.	
Homens	v. trim. (%)	-5,9	2,3	-1,6	n.d.	-0,3	n.a.	n.a.	
Mulheres	v. trim. (%)	-3,8	-3,0	2,8	n.d.	-2,4	n.a.	n.a.	
15 - 24 anos	v. trim. (%)	-14,6	7,8	-5,9	n.d.	-5,2	n.a.	n.a.	
25 - 44 anos	v. trim. (%)	-4,9	0,2	0,8	n.d.	-1,8	n.a.	n.a.	
45 anos ou mais	v. trim. (%)	-3,8	-1,6	0,8	n.d.	-0,4	n.a.	n.a.	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v. trim. (%)	-7,6	-1,8	0,1	n.d.	-0,9	n.a.	n.a.	
Indústria, incluindo energia, gás e água	v. trim. (%)	-3,6	-3,3	4,2	n.d.	-1,8	n.a.	n.a.	
Construção	v. trim. (%)	-3,0	-7,4	-6,1	n.d.	2,4	n.a.	n.a.	
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	v. trim. (%)	-8,0	7,8	-5,1	n.d.	-3,8	n.a.	n.a.	
Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v. trim. (%)	-9,9	9,7	10,0	n.d.	-11,6	n.a.	n.a.	
Outros serviços	v. trim. (%)	-1,1	-2,6	3,6	n.d.	1,9	n.a.	n.a.	
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	800,7	835,9	843,8	815,3	845,6	823,9	850,4	
	v. trim. (%)	-4,2	-0,9	3,5	n.d.	-1,6	n.a.	n.a.	
Contratos sem termo	v. trim. (%)	-0,4	-3,3	4,0	n.d.	-0,2	n.a.	n.a.	
Contratos com termo	v. trim. (%)	-12,8	6,2	0,4	n.d.	-6,3	n.a.	n.a.	
Tempo completo	v. trim. (%)	-4,0	-1,1	4,6	n.d.	-1,5	n.a.	n.a.	
Tempo parcial	v. trim. (%)	-7,1	2,0	-10,2	n.d.	-2,5	n.a.	n.a.	
Nenhum grau de escolaridade	v. trim. (%)	1,5	16,1	-45,6	n.d.	7,1	n.a.	n.a.	
Básico	v. trim. (%)	-6,9	-3,0	5,0	n.d.	-2,8	n.a.	n.a.	
Secundário e pós-secundário	v. trim. (%)	-0,1	6,4	5,3	n.d.	-0,3	n.a.	n.a.	
Superior	v. trim. (%)	-1,3	-4,1	3,4	n.d.	1,2	n.a.	n.a.	
Trabalhadores por conta própria	milhares	292,3	309,7	307,6	325,6	368,9	308,8	378,1	
	v. trim. (%)	-5,6	0,7	-5,5	n.d.	-1,2	n.a.	n.a.	
Isolados	v. trim. (%)	-4,5	-1,1	-2,6	n.d.	-2,1	n.a.	n.a.	
Empregadores	v. trim. (%)	-9,9	8,3	-16,3	n.d.	3,8	n.a.	n.a.	

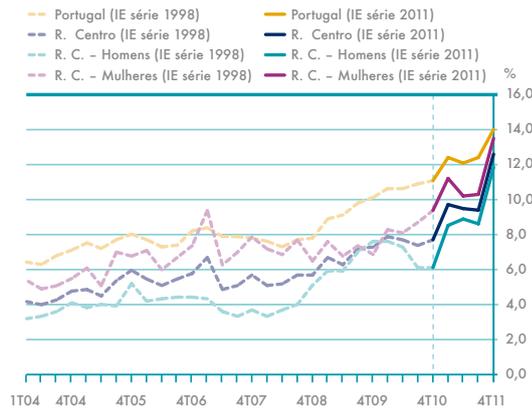
n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

No quarto trimestre de 2011, verificou-se um crescimento trimestral da taxa de desemprego¹⁵ quer em Portugal quer na Região Centro. No entanto, o acréscimo regional (de 3,2 p.p.) foi bastante mais acentuado do que o nacional (de 1,6 p.p.), levando a que a taxa de desemprego na Região Centro atingisse 12,6% (Quadro 4). Também numa desagregação por idades foi constatável um aumento generalizado das taxas de desemprego dos diversos escalões etários. Salienta-se, pela sua importância, o crescimento da taxa de desemprego dos jovens, que aumentou 8,2 p.p., face ao terceiro trimestre de 2011, posicionando-se já em 34,7%.

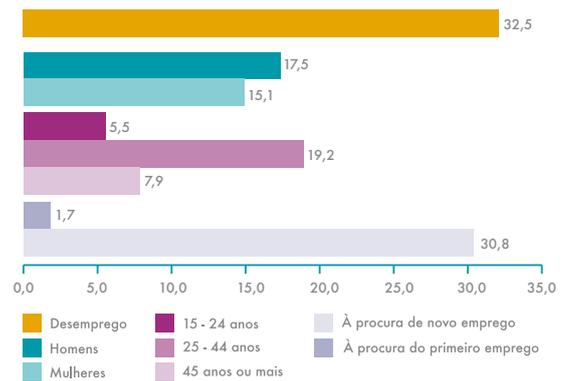
O crescimento da taxa de desemprego na Região Centro, no quarto trimestre de 2011, foi consequência do significativo acréscimo no número de desempregados, que aumentou 32,5% comparativamente com o terceiro trimestre de 2011, invertendo assim as variações negativas anteriores. Ambos os sexos foram penalizados com este aumento, tendo no entanto o crescimento do desemprego nos homens sido mais expressivo (35,6%). Situação semelhante ocorreu no desemprego por escalões etários, tendo o acréscimo da população desempregada abrangido todas as faixas etárias, com particular incidência para os indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 44 anos, cuja situação de desemprego afetou mais 37,9% destes indivíduos do que no trimestre anterior. Também no que respeita à duração da procura de emprego e ao tipo de desemprego registou-se um acréscimo trimestral em todas as categorias, tendo os aumentos mais expressivos sido registados nos desempregados há 12 ou mais meses (42,1%) e nos desempregados à procura de novo emprego (34,7%), respetivamente.

¹⁵ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação trimestral do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 - Desemprego

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	14,0	12,4	12,1	12,4	11,1	12,7	10,8
Região Centro	%	12,6	9,4	9,5	9,7	7,7	10,3	7,7
	v. trim. (p.p.)	3,2	-0,1	-0,2	n.d.	0,3	n.a.	n.a.
Homens	%	11,9	8,6	8,9	8,5	6,1	9,5	6,8
Mulheres	%	13,5	10,3	10,2	11,2	9,4	11,3	8,6
15 - 24 anos	%	34,7	26,5	21,4	22,2	17,4	26,2	17,3
25 - 44 anos	%	13,8	9,9	10,7	11,4	9,4	11,9	9,3
45 anos ou mais	%	7,8	6,0	6,5	6,0	4,7	6,6	4,6
População desempregada - Região Centro	milhares	158,9	119,9	121,3	124,2	102,5	131,1	103,2
	v. trim. (%)	32,5	-1,2	-2,3	n.d.	3,3	n.a.	n.a.
Homens	v. trim. (%)	35,6	-1,3	3,5	n.d.	-1,6	n.a.	n.a.
Mulheres	v. trim. (%)	29,8	-1,1	-7,4	n.d.	7,1	n.a.	n.a.
15 - 24 anos	v. trim. (%)	26,2	42,4	-10,6	n.d.	-19,3	n.a.	n.a.
25 - 44 anos	v. trim. (%)	37,9	-7,9	-6,0	n.d.	9,4	n.a.	n.a.
45 anos ou mais	v. trim. (%)	27,9	-9,8	9,9	n.d.	6,9	n.a.	n.a.
À procura do primeiro emprego	v. trim. (%)	15,4	12,4	17,5	n.d.	0,9	n.a.	n.a.
À procura de novo emprego	v. trim. (%)	34,7	-2,7	-4,1	n.d.	3,8	n.a.	n.a.
Há menos de 12 meses	v. trim. (%)	25,2	15,7	-0,2	n.d.	20,9	n.a.	n.a.
Há 12 meses ou mais	v. trim. (%)	42,1	-16,7	-4,2	n.d.	-8,8	n.a.	n.a.

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

Os trabalhadores por conta de outrem da Região Centro auferiram um salário médio líquido mensal nominal de 747€, no quarto trimestre de 2011, valor inferior ao dos trabalhadores nacionais que, em média, receberam 809€ (Quadro 5). Eliminando a variação do nível geral de preços ocorrido neste trimestre, estes valores configuraram um decréscimo trimestral real do salário médio líquido mensal que em Portugal atingiu 0,3% e na Região Centro 1,6%.

¹⁶ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão de obra, na ótica do empregador, dado por hora efetivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações diretas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Também o Índice de Custo do Trabalho¹⁶ evidenciou um decréscimo real, no quarto trimestre de 2011, comparativamente com igual período do ano anterior. Esta variação acentuou a tendência de decréscimo homólogo real observada anteriormente.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	809	800	809	813	785	808	778	
	v. trim. real (%)	- 0,3	- 0,8	- 1,8	n.d.	0,3	n.a.	n.a.	
Região Centro	€	747	749	751	746	710	748	692	
	v. trim. real (%)	- 1,6	0,0	- 0,7	n.d.	4,2	n.a.	n.a.	
Índice de Custo do Trabalho									
Portugal	v. h. real (%)	- 5,4	- 2,1	- 4,2	- 2,8	1,7	- 3,7	- 0,1	
	v. h. real (%)	- 5,7	- 4,8	- 7,9	- 5,1	- 0,5	- 5,8	0,3	

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

DESEMPREGO REGISTRADO

Ano de 2011

Os desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional evidenciaram um decréscimo de 2,9%, face a 2010, invertendo a variação dos últimos anos e conduzindo a uma diminuição da taxa de desemprego registado que, em termos médios, se cifrou em 6,4%. Apesar disso, assistiu-se a um aumento de novos desempregados e a uma redução das colocações realizadas pelos centros de emprego.

106,3mil

desempregados nos centros de emprego da região

40,8mil

são novos desempregados no quarto trimestre

Quarto trimestre de 2011

A taxa de desemprego registado na Região Centro aumentou para 6,8%, no quarto trimestre de 2011, consequência do crescimento do número de desempregados registados no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Os novos desempregados também aumentaram, comparativamente com o quarto trimestre de 2010, e as colocações efetuadas pelo IEFP diminuíram.

De acordo com informação do IEFP, na Região Centro, no quarto trimestre de 2011, registou-se um crescimento de 7,3%, face a igual período do ano anterior, no número de desempregados registados nos centros de emprego (Quadro 6). Tratou-se de uma inversão da tendência de decréscimo homólogo que se vinha a verificar ao longo do ano de 2011, que conduziu a que a taxa de desemprego registado¹⁷ apresentasse o valor mais elevado do último ano e meio (6,8%). Os novos desempregados aumentaram 19,8% e as colocações do IEFP foram, uma vez mais, inferiores às do quarto trimestre de 2010, diminuindo 12,3%.

¹⁷ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efetuada da população desempregada e da população ativa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população ativa.

Quadro 6 – Desemprego Registado

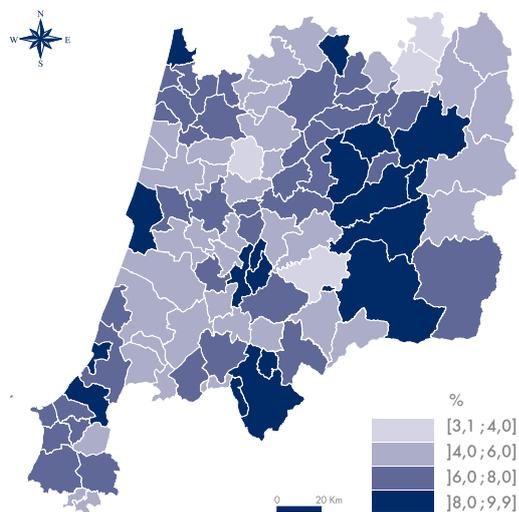
		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Dados do IEFP – Região Centro									
Desemprego registado*	milhares	106,3	96,8	95,5	101,5	99,0	100,0	103,0	
	v. h. (%)	7,3	- 4,5	- 8,8	- 4,9	1,1	- 2,9	8,6	
Taxa de desemprego registado	%	6,8	6,2	6,1	6,5	6,4	6,4	6,6	
Novos desempregados	milhares	40,8	41,7	29,9	35,8	34,1	37,1	35,7	
	v. h. (%)	19,8	11,0	- 3,5	- 10,5	- 5,7	3,9	- 5,3	
Colocações do IEFP	milhares	4,4	7,0	6,1	5,2	5,1	5,7	6,3	
	v. h. (%)	- 12,3	- 9,5	- 11,6	- 5,9	- 9,3	- 9,9	13,3	

* valores médios trimestrais

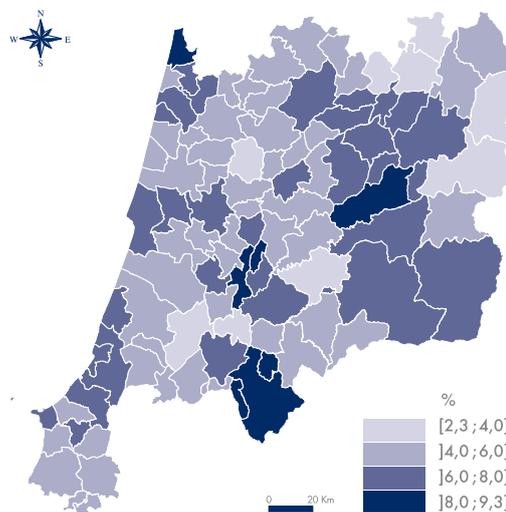
Ao nível municipal, de entre os valores mais elevados da taxa de desemprego registado, destacaram-se por evidenciarem os valores mais elevados da taxa de desemprego registado, a Covilhã, município que tem vindo a apresentar, consecutivamente, ao longo do último ano, o valor máximo, e Abrantes, Constância, Ovar e Nazaré (todos com valores superiores a 9%). Em situação oposta sobressaíram Oleiros, Meda, Trancoso e Mortágua por apresentarem, à semelhança de trimestres anteriores, os valores mais baixos (inferiores a 4%).

Analisando as variações homólogas da taxa de desemprego registado verificou-se que, no quarto trimestre de 2011, dos 100 municípios que compõem a Região Centro, apenas 22 apresentaram um decréscimo, com destaque para Penalva do Castelo (-1,3 p.p.) e Vila Nova de Paiva (-1,0 p.p.). Em sentido inverso, evidenciando dos maiores crescimentos da taxa de desemprego registado estiveram Mação (2,9 p.p.) e Constância (2,3 p.p.).

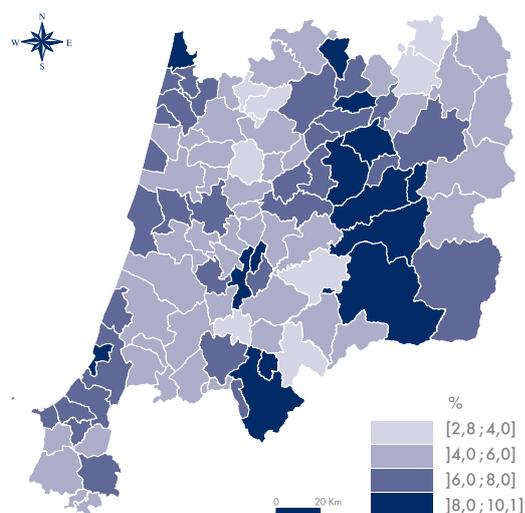
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2011



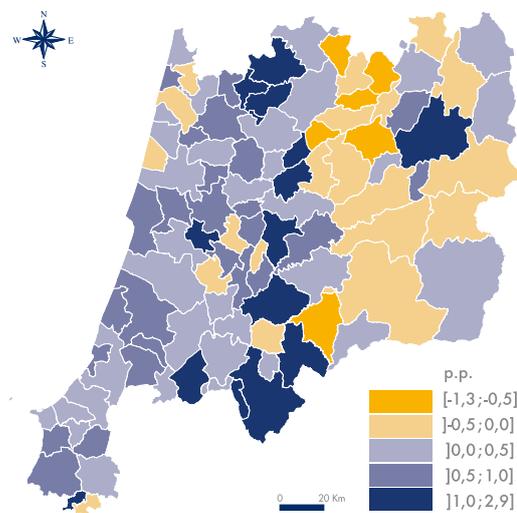
Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2011



Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2010



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2011



EMPRESAS

Ano de 2011

No ano de 2011 registou-se uma maior dinâmica na constituição de empresas. Apesar disso, em termos de financiamento, as sociedades não financeiras evidenciaram maiores restrições, uma vez que os empréstimos que lhes foram concedidos pelo setor bancário registaram um decréscimo e o peso do crédito vencido foi superior ao de 2010. As ações de insolvência também apresentaram um crescimento, embora bastante menos expressivo do que o ocorrido em 2010.

1.291

novas empresas
criadas e

365

ações de insolvência
na região no quarto
trimestre

Quarto trimestre de 2011

O setor empresarial continuou a evidenciar constrangimentos, no quarto trimestre de 2011. Não só os empréstimos concedidos pelo setor financeiro decresceram e o peso do crédito vencido aumentou, como, pela primeira vez no ano, o número de empresas constituídas foi inferior ao do período homólogo. Também as ações de insolvência aumentaram face ao quarto trimestre de 2010.

No quarto trimestre de 2011, o número de empresas constituídas foi inferior ao observado em igual período do ano anterior, tendo-se invertido a tendência de crescimento homólogo que se vinha a registar desde o início do ano (Quadro 7). Esta redução foi mais sentida na Região Centro (-3,2%) do que em Portugal (-0,3%).

Também ao nível do financiamento foi visível uma retração, continuando os empréstimos concedidos pelo setor financeiro a apresentar uma variação homóloga real negativa, sucessivamente mais acentuada, a qual atingiu, no quarto trimestre de 2011, o valor de 6,7% em Portugal e de 7,4% na Região Centro. Simultaneamente, o peso do crédito vencido¹⁸ no total do crédito concedido pelas instituições financeiras às empresas manteve a trajetória ascendente que o tem caracterizado nos últimos anos, tendo atingido 6,6% em Portugal e 7,2% na Região Centro.

No quarto trimestre de 2011, as ações de insolvência¹⁹, apesar de continuarem a evidenciar crescimentos significativos face ao período homólogo (24,1% em Portugal e 17,7% na Região Centro), apresentaram sinais de algum abrandamento ao nível regional.

¹⁸ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁹ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as ações de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	n.º	7.256	7.312	8.776	10.947	7.275	8.573	7.656	
	v. h. (%)	-0,3	10,5	16,6	18,9	-2,2	12,0	-0,3	
Região Centro	n.º	1.291	1.297	1.550	1.947	1.333	1.521	1.421	
	v. h. (%)	-3,2	6,0	12,8	11,0	-3,6	7,0	-0,4	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	115.734	118.467	119.260	119.638	119.349	118.275	121.119	
	v. h. real (%)	-6,7	-5,5	-5,8	-5,1	-4,1	-5,8	-1,9	
Região Centro	milhões €	17.890	18.233	18.586	18.603	18.594	18.328	18.852	
	v. h. real (%)	-7,4	-6,0	-6,1	-5,2	-3,8	-6,2	-1,0	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	6,6	6,2	5,3	5,0	4,4	5,8	4,6	
Região Centro	%	7,2	6,7	5,8	5,7	4,9	6,4	5,0	
Ações de Insolvência									
Portugal	n.º	1.777	1.533	1.575	1.621	1.432	1.627	1.373	
	v. h. (%)	24,1	22,0	5,1	24,2	27,6	18,5	43,6	
Região Centro	n.º	365	327	329	320	310	335	282	
	v. h. (%)	17,7	25,3	13,4	20,3	42,2	19,0	46,7	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

-4,5%

foi o decréscimo
homólogo trimestral
nas saídas de bens da
região e

-2,4%

nas entradas de bens

Ano de 2011

Em Portugal, em termos médios, no ano de 2011, observou-se uma melhoria do saldo da balança comercial que, no entanto, se manteve deficitário. Situação oposta ocorreu na Região Centro onde, apesar da balança comercial continuar excedentária, se registou uma degradação real do seu saldo face ao ano anterior, uma vez que as saídas aumentaram, em termos reais, 1,1% e as entradas, impulsionadas pelo mercado comunitário, cresceram, em média, 6,9%.

Quarto trimestre de 2011

Na Região Centro, o quarto trimestre de 2011 evidenciou uma contração nas relações externas face ao período homólogo. Tanto as saídas como as entradas de bens registaram um decréscimo homólogo real. No caso das saídas a redução foi motivada pelo forte decréscimo ao nível das “pastas de madeira e papel” quer para o mercado intra como extracomunitário. Nas entradas a diminuição foi motivada pelas transações com o mercado extracomunitário.

As saídas de bens, em termos reais²⁰, evidenciaram comportamentos antagónicos em Portugal e na Região Centro, no quarto trimestre de 2011. Enquanto que em Portugal se observou um crescimento homólogo real de 7,6%, as empresas sediadas na Região Centro registaram um decréscimo homólogo real nas saídas de 4,5% (Quadro 8). Na região o decréscimo ocorrido resultou principalmente da diminuição homóloga real de expedições para o mercado comunitário (-5,2%), as quais acentuaram a evolução registada no trimestre anterior. Também as exportações destinadas ao mercado extracomunitário apresentaram uma diminuição real comparativamente com o quarto trimestre de 2010, embora menos acentuada (-2,3%).

²⁰ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

No quarto trimestre de 2011, apesar de se ter registado um decréscimo homólogo real para o total de saídas de bens da Região Centro, a maioria das secções da Nomenclatura Combinada consideradas²¹ apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se os crescimentos evidenciados pelas “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” (26,9%), pelos “Produtos animais” (24,9%) e pela secção “Metais comuns e suas obras” (24,8%). No entanto, a diminuição homóloga real ocorrida nas “pastas de madeira e papel” (-65,4%), mais acentuada do que nos restantes trimestres do ano, contribuiu para o decréscimo observado no total de saídas.

²¹ As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transacionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens - Saídas*

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010
		média trimestral						
Portugal	milhões €	10.930,6	10.493,1	10.729,9	10.213,4	9.726,7	10.591,8	9.190,6
	v. h. real (%)	7,6	6,6	9,3	8,6	8,4	8,0	10,3
Intracomunitárias	milhões €	7.858,0	7.664,9	8.014,4	7.841,6	7.296,9	7.844,7	6.893,3
	v. h. real (%)	3,1	5,3	8,3	10,0	7,9	6,6	9,7
Extracomunitárias	milhões €	3.072,7	2.828,2	2.715,5	2.371,8	2.429,8	2.747,0	2.297,2
	v. h. real (%)	21,1	10,1	12,5	3,9	10,0	12,0	11,9
Região Centro	milhões €	1.943,5	1.946,8	2.077,3	2.030,9	1.949,0	1.999,6	1.853,2
	v. h. real (%)	- 4,5	0,9	1,6	6,8	5,7	1,1	9,0
Intracomunitárias	milhões €	1.456,8	1.458,4	1.610,3	1.577,7	1.471,8	1.525,8	1.424,6
	v. h. real (%)	- 5,2	- 1,2	1,0	7,0	2,7	0,4	8,0
Extracomunitárias	milhões €	486,7	488,3	467,0	453,2	477,2	473,8	428,7
	v. h. real (%)	- 2,3	8,0	3,5	6,2	16,1	3,6	12,1
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	24,9	20,9	23,0	19,0	17,5	21,9	9,5
Produtos vegetais	v. h. real (%)	3,8	9,6	10,8	5,9	7,0	6,6	0,4
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	26,9	7,0	0,8	5,2	3,6	9,9	6,6
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	10,2	66,0	66,2	72,4	17,4	49,6	2,1
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	0,9	- 4,8	- 0,3	10,4	11,5	1,4	36,8
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	5,4	8,2	22,7	14,3	- 5,0	12,4	- 3,8
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 65,4	- 37,6	- 43,0	- 46,0	12,3	- 48,2	17,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	5,7	17,0	17,6	14,1	8,7	13,4	2,2
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	1,7	- 2,6	- 2,5	2,6	- 0,5	- 0,3	1,2
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	24,8	16,1	0,0	10,3	- 13,3	12,1	7,2
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 1,1	7,1	11,0	10,7	6,1	6,8	4,2
Material de transporte	v. h. real (%)	- 18,6	- 18,2	0,9	17,7	13,8	- 4,3	15,0

* Os valores utilizados para 2009 são dados definitivos, para 2010 são dados provisórios e para 2011 são dados preliminares (revisados trimestralmente). Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas.

Em relação à entrada de bens, foi visível um decréscimo homólogo real bastante mais expressivo a nível nacional (-16,2%) do que na Região Centro, onde as entradas variaram -2,4% (Quadro 9). Em Portugal a redução constatada resultou, em particular, da grande diminuição homóloga real observada no mercado intracomunitário (-20,0%), embora, também no mercado extracomunitário se tivesse registado uma redução (-2,8%). Na Região Centro, o decréscimo

homólogo real constatado ao nível das entradas de bens resultou da significativa diminuição das importações provenientes do mercado extracomunitário (-16,8%) uma vez que as entradas de países da União Europeia registaram um ligeiro acréscimo real (0,5%), face ao quarto trimestre de 2010.

Inversamente ao sucedido com as saídas, a maioria das secções da Nomenclatura Combinada apresentadas no Quadro 9 registaram um decréscimo homólogo real, destacando-se a redução nas entradas de “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (-17,2%), que inverteram desta forma a variação positiva que vinham a registar desde o terceiro trimestre de 2009. Em situação oposta, das 12 secções analisadas, as únicas com crescimentos homólogos reais foram as “Indústrias químicas e conexas” (8,5%), as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” (7,7%) e os “Produtos animais” (4,2%).

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens - Entradas*

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010
		média trimestral						
Portugal	milhões €	13.755,7	14.240,8	15.054,8	14.564,8	15.367,1	14.404,0	14.263,3
	v. h. real (%)	- 16,2	- 4,0	- 6,4	- 1,5	3,4	- 7,3	5,7
Intracomunitárias	milhões €	10.214,0	10.067,3	10.730,8	11.026,8	11.957,7	10.509,7	10.801,1
	v. h. real (%)	- 20,0	- 8,9	- 10,8	- 1,3	2,3	- 10,7	1,8
Extracomunitárias	milhões €	3.541,7	4.173,5	4.324,0	3.538,0	3.409,5	3.894,3	3.462,1
	v. h. real (%)	- 2,8	10,6	6,7	- 2,0	7,5	3,3	19,8
Região Centro	milhões €	1.665,6	1.644,9	1.814,3	1.791,1	1.596,8	1.728,9	1.485,8
	v. h. real (%)	- 2,4	4,5	7,8	18,9	5,9	6,9	5,0
Intracomunitárias	milhões €	1.430,0	1.389,8	1.510,9	1.506,7	1.331,9	1.459,4	1.225,2
	v. h. real (%)	0,5	8,2	10,9	19,1	1,8	9,4	1,2
Extracomunitárias	milhões €	235,5	255,1	303,3	284,3	265,0	269,6	260,7
	v. h. real (%)	- 16,8	- 11,7	- 5,5	17,7	32,7	- 5,0	28,2
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	4,2	17,5	2,4	15,6	- 2,7	9,3	- 1,3
Produtos vegetais	v. h. real (%)	- 9,9	- 12,1	10,2	8,8	14,4	- 0,4	1,7
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	7,7	2,2	- 4,4	- 4,7	- 23,5	0,3	- 13,2
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	8,5	6,6	16,6	33,7	26,4	15,4	19,4
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	- 7,2	4,4	24,8	29,8	8,9	11,8	13,7
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	- 17,2	5,7	7,4	43,5	37,7	7,7	33,9
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 0,4	7,9	26,3	12,9	- 3,6	11,1	- 2,1
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	- 4,8	- 3,1	6,7	8,0	3,5	1,4	1,7
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 14,6	- 14,8	- 7,4	17,9	- 8,1	- 5,2	0,0
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	- 0,8	12,0	13,8	20,2	7,9	11,0	15,9
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 12,0	1,3	0,5	13,4	2,6	0,1	- 8,5
Material de transporte	v. h. real (%)	- 0,6	- 11,4	- 4,9	6,2	2,7	- 2,5	15,0

* Os valores utilizados para 2009 são dados definitivos, para 2010 são dados provisórios e para 2011 são dados preliminares (revistos trimestralmente). Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas.

TURISMO

Ano de 2011

No ano de 2011 os estabelecimentos hoteleiros nacionais e da Região Centro continuaram a evidenciar um crescimento de hóspedes e de dormidas. No entanto, na Região Centro, o acréscimo registado não foi suficiente para os estabelecimentos hoteleiros gerarem proveitos reais superiores aos do ano anterior, tendo-se observado um decréscimo real de 3,7%. Já em Portugal, a situação foi oposta, com os proveitos a crescerem, em termos reais, 1,9%.

-2,5%

foi a quebra homóloga do número de hóspedes e

-0,9%

a de dormidas na região no quarto trimestre

Quarto trimestre de 2011

A atividade turística registou uma retração, no quarto trimestre de 2011, tanto em Portugal como na Região Centro. A redução do número de hóspedes e de dormidas, comparativamente com igual período do ano anterior, resultou num decréscimo homólogo real quer dos proveitos totais quer dos proveitos de alojamento, o qual foi bastante mais acentuado na Região Centro do que a nível nacional.

O número de hóspedes alojados em estabelecimentos hoteleiros evidenciou uma inversão na evolução positiva que vinha a apresentar ao longo dos últimos dois anos, tendo-se registado um decréscimo homólogo de 3,3%, em Portugal e de 2,5%, na Região Centro, no quarto trimestre de 2011 (Quadro 10). Também ao nível das dormidas foi constatável uma redução de 0,9% no quarto trimestre de 2011, comparativamente com igual período do ano anterior, embora menos pronunciado do que a verificada em relação aos hóspedes, e que traduz, igualmente, uma alteração na evolução dos últimos trimestres.

Os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros apresentaram um decréscimo homólogo real, mais expressivo na Região Centro (-12,7%) do que em Portugal (-5,2%). Efetivamente, na Região Centro, tratou-se de um dos maiores decréscimos homólogos reais dos últimos anos. O sentido da variação real dos proveitos de aposento foi semelhante ao dos proveitos totais, apesar de um pouco menos pronunciado, tendo atingido -3,7% em Portugal e -10,1% na Região Centro.

Quadro 10 – Turismo*		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	919	1.654	1.323	790	950	1.171	1.128	
	v. h. (%)	-3,3	5,7	8,2	2,1	4,2	3,8	4,7	
Região Centro	milhares	154	257	204	128	158	186	180	
	v. h. (%)	-2,5	4,6	7,8	2,9	5,4	3,6	5,4	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	2.343	5.171	3.673	2.010	2.363	3.299	3.116	
	v. h. (%)	-0,9	6,4	12,3	2,0	3,4	5,9	2,6	
Região Centro	milhares	270	510	367	206	272	338	324	
	v. h. (%)	-0,9	6,5	7,9	1,1	2,6	4,5	3,7	
Estada média									
Portugal	n.º noites	2,5	3,1	2,8	2,5	2,5	2,8	2,8	
Região Centro	n.º noites	1,7	2,0	1,8	1,6	1,7	1,8	1,8	
Proveitos totais									
Portugal	milhares €	114.665	255.148	175.194	91.714	116.354	159.180	150.628	
	v. h. real (%)	-5,2	4,8	7,5	-5,2	0,1	1,9	1,1	
Região Centro	milhares €	12.405	23.431	16.639	9.961	13.664	15.609	15.641	
	v. h. real (%)	-12,7	0,2	-1,0	-4,5	1,9	-3,7	3,4	
Proveitos de aposento									
Portugal	milhares €	75.257	183.890	118.298	59.797	75.171	109.311	102.126	
	v. h. real (%)	-3,7	5,6	8,6	-3,4	0,7	3,3	1,6	
Região Centro	milhares €	7.580	15.551	10.079	6.108	8.115	9.830	9.597	
	v. h. real (%)	-10,1	2,7	0,8	-1,3	3,6	-1,2	3,8	

* Os valores de 2011 correspondem a dados preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)**Proveitos totais (variação homóloga real)**

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-12,3%

de edifícios licenciados na região no quarto trimestre

925,7€/m²

foi a avaliação bancária da habitação na região e 1084,7€/m² em Portugal

Ano de 2011

O ano de 2011 evidenciou dificuldades no setor da construção e habitação, de acordo com os indicadores analisados. Por um lado, registou-se um decréscimo ao nível do licenciamento de edifícios, dos empréstimos à habitação e da avaliação bancária da habitação. Por outro lado, o valor das prestações de crédito à habitação em atraso foi superior ao do ano anterior. Os edifícios concluídos, assim como o Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação, evidenciaram um crescimento que foi mais significativo na região do que em Portugal.

Quarto trimestre de 2011

No quarto trimestre de 2011, o setor da construção evidenciou, uma vez mais, uma contração na sua atividade, comparativamente com o período homólogo, tendo diminuído o licenciamento e a conclusão de obras. No mesmo sentido variaram os empréstimos concedidos à habitação e a avaliação bancária dos imóveis. O crédito à habitação vencido, que apresentou um crescimento homólogo, também refletiu um agravamento da situação habitacional.

Os edifícios licenciados, no quarto trimestre de 2011, apesar de continuarem em menor número do que em igual período de 2010, registaram um abrandamento face ao trimestre anterior (Quadro 11). O decréscimo homólogo em Portugal (-9,9%) foi menos pronunciado do que a nível regional (-12,3%). Na região, esta redução no licenciamento registou-se apenas nos edifícios novos (-22,3%) uma vez que o número de licenças para os restantes edifícios aumentou face ao quarto trimestre de 2010. O licenciamento de edifícios novos com fins habitacionais foi o mais penalizado, com uma redução de 24,0%, tendo os fogos licenciados neste tipo de edificação registado um decréscimo ainda maior (-32,3%).

Em relação à conclusão de edifícios também foi visível uma diminuição homóloga, embora mais pronunciada do que no trimestre anterior. Inversamente ao sucedido ao nível das licenças, Portugal foi mais afetado pela diminuição homóloga da conclusão de edifícios (-14,0%) do que a região (-12,4%). Na região, a redução na conclusão de obras foi bastante expressiva nos edifícios novos destinados habitação familiar (-17,2%), assim como nos respetivos fogos concluídos (-41,7%).

No quarto trimestre de 2011, os custos com a manutenção e reparação regular da habitação apesar de terem aumentado comparativamente com igual período do ano anterior (3,3% no caso português e 4,3% na Região Centro), evidenciaram um abrandamento do seu ritmo de crescimento.

Já os empréstimos à habitação concedidos pelo setor financeiro às famílias, avaliados em termos reais, acentuaram, ainda mais a tendência de decréscimo homólogo que têm vindo a apresentar desde o final de 2010, tendo, no quarto trimestre de 2011, reduzido 4,5% em Portugal e 4,3% na Região Centro. Naquele trimestre, o incumprimento no pagamento das prestações do crédito à habitação por parte das famílias manteve-se, em termos reais, mais elevado do que no trimestre homólogo e mais acentuado na Região Centro (1,4%) do que em Portugal (0,5%).

Quadro 11 – Construção e Habitação

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Edifícios licenciados									
Portugal	n.º	5.760	6.106	6.434	6.562	6.394	6.216	6.951	
	v. h. (%)	- 9,9	- 11,9	- 12,4	- 8,1	- 9,1	- 10,6	- 9,1	
Região Centro	n.º	1.804	1.863	2.021	2.143	2.057	1.958	2.189	
	v. h. (%)	- 12,3	- 14,5	- 12,3	- 3,3	- 8,2	- 10,6	- 9,0	
para habitação familiar	n.º	1.099	1.096	1.241	1.341	1.298	1.194	1.418	
	v. h. (%)	- 15,3	- 20,6	- 20,8	- 6,1	- 12,9	- 15,8	- 9,7	
Construções novas – Edifícios	n.º	1.110	1.115	1.322	1.452	1.428	1.250	1.518	
	v. h. (%)	- 22,3	- 24,4	- 20,9	- 3,1	- 8,3	- 17,7	- 5,7	
para habitação familiar	v. h. (%)	- 24,0	- 27,8	- 29,2	- 7,3	- 14,9	- 22,2	- 6,6	
Edifícios concluídos ¹									
Portugal	n.º	7.567	7.425	8.923	9.138	8.799	8.263	7.972	
	v. h. (%)	- 14,0	- 10,9	18,0	27,1	5,6	3,7	- 6,9	
Região Centro	n.º	2.480	2.403	2.852	2.937	2.831	2.668	2.484	
	v. h. (%)	- 12,4	- 8,3	20,4	38,9	8,2	7,4	- 4,2	
para habitação familiar	n.º	1.794	1.830	2.129	2.187	2.122	1.985	1.849	
	v. h. (%)	- 15,5	- 6,7	21,4	40,3	11,2	7,3	- 4,3	
Construções novas – Edifícios	n.º	1.839	1.822	2.173	2.209	2.154	2.011	1.895	
	v. h. (%)	- 14,6	- 9,8	20,4	38,1	9,0	6,1	- 5,4	
para habitação familiar	v. h. (%)	- 17,2	- 6,9	21,7	39,7	12,3	6,6	- 4,8	
Novos fogos para habitação familiar – Região Centro									
Licenciados	v. h. (%)	- 32,3	- 36,3	- 39,2	- 34,9	- 28,0	- 36,0	- 0,3	
Concluídos ¹	v. h. (%)	- 41,7	- 23,9	5,8	43,6	11,5	- 8,7	- 2,8	
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação									
Continente	v. h. (%)	3,3	3,4	3,7	2,4	1,5	3,2	1,0	
Região Centro	v. h. (%)	4,3	4,9	5,3	3,9	3,1	4,6	2,3	
Empréstimos concedidos para habitação ²									
Portugal	v. h. real (%)	- 4,5	- 3,3	- 2,9	- 1,4	- 0,5	- 3,0	1,2	
Região Centro	v. h. real (%)	- 4,3	- 3,1	- 2,7	- 1,7	- 0,7	- 3,0	1,0	
Crédito à habitação vencido ²									
Portugal	v. h. real (%)	0,5	1,8	- 2,9	10,2	11,2	1,9	15,8	
Região Centro	v. h. real (%)	1,4	9,0	3,4	4,4	12,6	4,5	15,1	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1.084,7	1.107,7	1.143,7	1.141,0	1.131,7	1.119,3	1.155,8	
	v. h. real (%)	- 7,8	- 6,8	- 5,7	- 6,2	- 4,5	- 6,6	- 0,2	
Região Centro	€/m ²	925,7	949,0	959,7	955,0	945,7	947,3	965,3	
	v. h. real (%)	- 5,8	- 4,7	- 5,0	- 5,8	- 4,2	- 5,3	0,5	

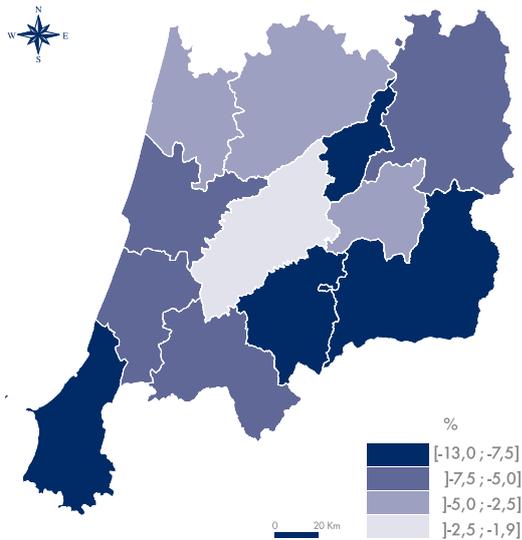
¹Os valores apresentados correspondem a dados provisórios (anos 2009 e 2010) ou preliminares (ano 2011) estimados.

²Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

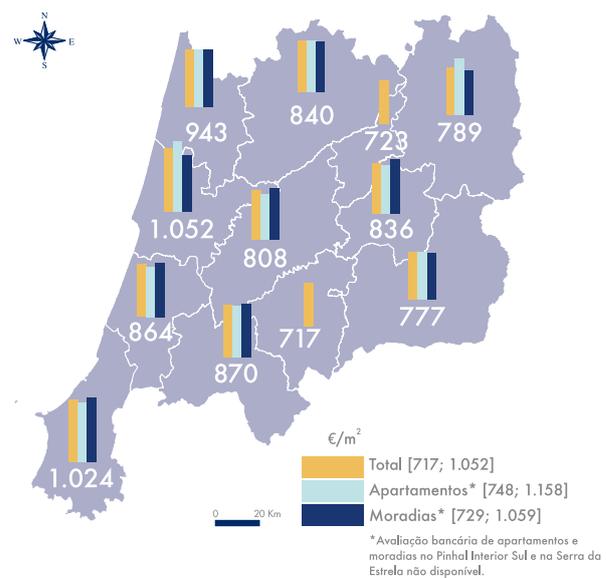
A avaliação bancária de imóveis para habitação evidenciou, no último trimestre de 2011, um novo decréscimo, quer em termos nominais quer em termos reais. A diminuição homóloga real ocorrida foi mais significativa em Portugal (-7,8%) do que na Região Centro (-5,8%) e acentua a evolução registada em trimestres anteriores. No mesmo sentido variaram todas as NUTS III da Região Centro, sendo de destacar a Serra da Estrela (-13,0%), a Beira Interior Sul (-12,2%), o Pinhal Interior Sul (-9,4%) e o Oeste (-8,2%), por apresentarem os maiores decréscimos homólogos reais no quarto trimestre de 2011.

No quarto trimestre de 2011, o Baixo Mondego foi a sub-região que evidenciou o montante mais elevado da avaliação bancária da habitação (1.052€/m²), impulsionado pela avaliação dos apartamentos que atingiu igualmente o valor máximo na Região Centro. Já ao nível das moradias esta sub-região foi ultrapassada pelo Oeste, única NUTS III onde a avaliação bancária das moradias ultrapassou os mil euros por metro quadrado, e pelo Baixo Vouga. Em situação oposta, com os menores valores da avaliação bancária da habitação encontravam-se o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2011



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2011



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

Ano de 2011

A taxa média de inflação, em 2011 foi de 3,7% em Portugal e de 4,3% na Região Centro, traduzindo-se num crescimento dos preços mais acentuado do que ano anterior. No consumo privado, a maioria dos indicadores utilizados neste boletim revelaram um aumento das dificuldades no ano de 2011.

4,7%

foi a taxa de inflação homóloga regional no quarto trimestre

-6,9%

de compras em TPA na região

Quarto trimestre de 2011

No quarto trimestre de 2011, a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,9% em Portugal e 4,7% na Região Centro, impulsionada pelo crescimento dos preços da eletricidade e gás natural em resultado da alteração da taxa de IVA. O consumo privado deu sinais de continuar a retrair-se, embora de forma mais pronunciada em Portugal do que na Região Centro.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) intensificou o ritmo de crescimento homólogo, no quarto trimestre de 2011. Na Região Centro a taxa de inflação homóloga (4,7%) registou um crescimento mais acentuado do que a nacional (3,9%), aumentando 1 p.p. em relação ao trimestre anterior (Quadro 12). Atendendo ao cabaz de bens que compõem o IPC, verificou-se que o maior aumento de preços ocorreu na classe “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (11,5%), resultado da alteração da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na eletricidade e gás natural, que passou de 6% para 23%, a partir de outubro de 2011. A única classe a evidenciar uma redução homóloga no nível de preços que, ainda assim, foi muito ligeira (-0,1%) respeitou a “Lazer, recreação e cultura”.

Quadro 12 – Preços

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	3,9	3,2	3,7	3,7	2,4	3,7	1,4	
Região Centro	v. h. (%)	4,7	3,7	4,5	4,4	2,7	4,3	1,5	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,1	2,5	2,9	3,5	2,9	3,0	-0,3	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	5,8	7,5	9,1	7,5	5,8	7,5	4,7	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	2,5	-5,8	1,1	-4,1	0,1	-1,4	0,1	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	11,5	6,1	7,0	8,2	7,5	8,2	6,3	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,5	1,8	1,3	0,5	0,8	1,3	0,6	
Saúde	v. h. (%)	7,0	5,3	3,5	3,4	-1,7	4,8	-1,8	
Transportes	v. h. (%)	6,9	7,7	9,1	9,9	5,8	8,4	4,2	
Comunicações	v. h. (%)	2,1	2,4	3,8	3,4	-1,9	2,9	-2,0	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,1	0,4	0,8	0,8	0,3	0,5	0,2	
Educação	v. h. (%)	1,8	0,9	0,9	0,9	0,8	1,1	1,2	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,4	1,8	1,9	1,9	1,2	1,7	0,9	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,9	2,6	2,7	2,1	0,5	2,3	0,1	

O consumo privado continuou a evidenciar sinais de retração, mais evidentes em Portugal do que na Região Centro, no quarto trimestre de 2011. A maioria dos indicadores apresentados no Quadro 13 registou reduções, comparativamente com igual período do ano anterior, particularmente significativas no caso das importações intracomunitárias de bens de consumo, cujo decréscimo homólogo real atingiu 13,7% em Portugal e 18,1% na Região Centro. O crédito vencido das famílias destinado ao consumo e outros fins aumentou, o que também se traduz num agravamento das dificuldades das famílias, sendo consonante com a contração do consumo. No entanto, na Região Centro, os assinantes do serviço de televisão por subscrição registaram um crescimento homólogo com alguma expressão (10,7%) e as receitas de cinema assim como os pagamentos em caixas automáticos também evidenciaram um aumento homólogo real, embora bastante ligeiro.

Quadro 13 – Consumo Privado

		4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	2011	2010	
								média trimestral	
Importações intracomunitárias (chegadas) de bens de consumo ¹									
Portugal	v. h. real (%)	-13,7	-7,4	-9,7	-8,4	-5,8	-9,9	-4,5	
Região Centro	v. h. real (%)	-18,1	-6,2	-3,3	-0,9	-5,1	-7,2	-4,7	
Assinantes do serviço de televisão ²									
Portugal	v. h. (%)	7,3	6,4	7,4	8,0	9,8	7,3	11,1	
Região Centro	v. h. (%)	10,7	n.d.	11,1	12,8	15,9	n.d.	16,9	
Receitas de cinema									
Portugal	v. h. real (%)	-3,7	-9,8	21,1	-22,9	-4,9	-6,3	9,9	
Região Centro	v. h. real (%)	0,3	-12,5	30,7	-26,4	-10,8	-5,7	10,7	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ³									
Portugal	v. h. real (%)	-11,5	-8,6	-7,9	-6,8	-3,2	-7,7	-1,8	
Região Centro	v. h. real (%)	-11,7	-8,3	-8,1	-6,3	-2,9	-7,6	-1,9	
Crédito vencido para consumo e outros fins ³ (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	10,5	10,1	9,2	8,6	8,5	9,6	8,1	
Região Centro	%	9,4	9,1	8,5	8,0	8,0	8,8	7,6	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-6,3	-4,2	-3,9	-4,0	-0,3	-4,6	1,7	
Região Centro	v. h. real (%)	-5,4	-3,6	-3,7	-3,2	0,6	-4,0	0,9	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-1,9	-0,6	-0,9	-1,0	-0,3	-1,1	0,9	
Região Centro	v. h. real (%)	0,4	0,7	1,6	1,0	1,8	0,9	-0,6	
Compras em terminais de pagamento automático (TPA)									
Portugal	v. h. real (%)	-8,5	-2,8	2,7	0,1	6,9	-2,4	11,8	
Região Centro	v. h. real (%)	-6,9	-1,8	3,3	1,9	10,0	-1,2	15,8	

n.d. - não disponível

¹ As importações intracomunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.² Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra ótica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).³ Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

34,7%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de 2011

613,1 milhões

de euros de pagamentos a beneficiários do programa regional

Até ao final de 2011, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 12.575 projetos de investimento na Região Centro que representavam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e 4,8 mil milhões de euros de fundos comunitários aprovados. No final do ano, a região mantinha-se assim como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários aprovados, absorvendo 27,7% do total aprovado no país. O valor de fundos comunitários QREN aprovados na região até ao final de 2011 alavancava um valor de investimento total previsto de cerca do dobro.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, neste mesmo período, tinham sido aprovadas 2.760 operações, a que correspondia uma comparticipação de FEDER de 1,4 mil milhões de euros. No final do ano de 2011, a taxa de execução do Mais Centro atingiu 34,7% da dotação total dos fundos prevista executar até ao final de 2015, ou seja, mais do dobro da taxa de execução do final de 2010 (15,4%). O Mais Centro conseguia, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

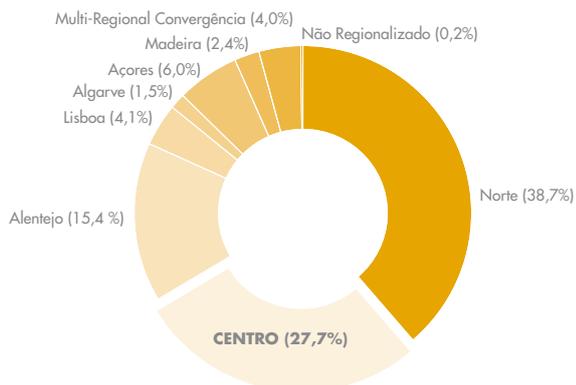
Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional;
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana;
- Eixo 4: Assistência técnica.

No final de 2011, cerca de 82% dos fundos comunitários aprovados no âmbito do QREN concentravam-se nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo). Tal como ocorreu ao longo de todo o ano, a Região Centro continuava a ser, entre todas as regiões do país, a segunda região que mais beneficiava dos fundos comunitários aprovados, absorvendo 27,7% do total de fundos distribuídos no país (mais 0,6 pontos percentuais que no final de 2010).

No que respeita aos fundos comunitários aprovados por programa operacional temático do QREN, verificava-se que as três regiões de convergência do Continente registavam um peso de 89% no PO PH, 93% no PO FC e 82% no PO VT, no final de 2011. Ao longo do ano de 2011, a Região Centro reforçou o seu peso no total nacional de fundo comunitário aprovado no âmbito do PO FC, tendo atingido 37%, em 31 de dezembro de 2011 (mais 6 pontos percentuais do que no final de 2010).

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região (31 de dezembro de 2011)



Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (31 de dezembro de 2011)



Até ao final de 2011, foram aprovadas 12.575 operações²² na Região Centro, no âmbito do QREN, as quais implicavam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,8 mil milhões de euros (Quadro 14). Neste último trimestre, foram aprovados, em média por mês, mais 129 projetos na Região Centro financiados pelo QREN. Este acréscimo de projetos aprovados na Região Centro foi mais pronunciado no PO PH e no PO FC. No entanto, de entre os vários programas do QREN, continuava a ser no PO PH e no Mais Centro que se registava o maior número de operações e de fundos comunitários aprovados até à data.

No final de 2011, verificava-se que o QREN alavancava um investimento potencial total na região de cerca do dobro do valor dos fundos comunitários aprovados, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de dois euros. Verificava-se também que o investimento total previsto em projetos financiados pelo PO FC na Região Centro gerava, nesta data, um efeito multiplicador muito mais intenso (de 3,5).

No Programa Operacional Regional - Mais Centro, até 31 de dezembro de 2011, tinham sido aprovadas 2.760 operações individuais que se traduziam num investimento total na região de 2,3 mil milhões de euros comparticipado com fundo comunitário FEDER em 1,4 mil milhões de euros. Estes valores correspondem a um acréscimo de FEDER aprovado de 63 milhões de euros face ao aprovado no final de setembro de 2011.

²² São consideradas as operações individuais aprovadas e que fazem parte integrante dos Programas de Ação (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas).

Quadro 14 – O QREN na Região Centro
(31 de dezembro de 2011)

		REGIÃO CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	12.575	2.760	8.093	1.505	217
Investimento (custo) total	milhões €	9.364	2.317	2.085	3.647	1.314
	% do total nacional	30,1	27,4	29,4	45,3	25,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.364	1.997	2.085	3.084	1.197
	% do total nacional	30,0	27,7	29,4	44,6	26,3
Fundo comunitário	milhões €	4.810	1.428	1.436	1.042	903
	% do QREN (total) da região	100,0	29,7	29,9	21,7	18,8
	% do total nacional	27,7	22,7	29,8	37,3	26,7

No final de 2011, o Mais Centro tinha comprometido 83,9% das verbas de FEDER para financiamento dos projetos aprovados neste Programa, mais 3,7 p.p. do que em final de setembro de 2011 e mais 27 p.p. do que em final de 2010 (Quadro 15).

À data de 31 de dezembro de 2011, a taxa de execução do Mais Centro (relação entre o FEDER validado e o FEDER programado) foi de 34,7% da dotação total de FEDER prevista executar até ao final de 2015. Estes dados, referentes ao final de 2011, evidenciam que a taxa de execução do Mais Centro se posicionava assim acima da taxa de execução dos diferentes PO regionais do Continente (média de 31,7%) e distava 4 p.p. da taxa de execução global do QREN (39%).

O crescimento da taxa de execução do Mais Centro foi sendo superado ao longo dos vários trimestres do ano de 2011. Face ao final de setembro de 2011, a taxa de execução aumentou 6,1 pontos percentuais, o aumento mais elevado desde o início do programa. Apesar do diferencial entre a taxa de execução e a taxa de compromisso do Mais Centro ser ainda elevado, é de realçar o facto de ser o mais reduzido das regiões do Continente, com exceção do Algarve.

O volume de despesa validada de fundo comunitário FEDER correspondia, no final de 2011, a 590,5 milhões de euros, o qual aumentou 103,9 milhões de euros face ao final de setembro de 2011. Já face ao final do ano anterior (2010), com a taxa de execução a mais do que duplicar, registou-se um aumento de 329,2 milhões de euros de despesa executada de FEDER.

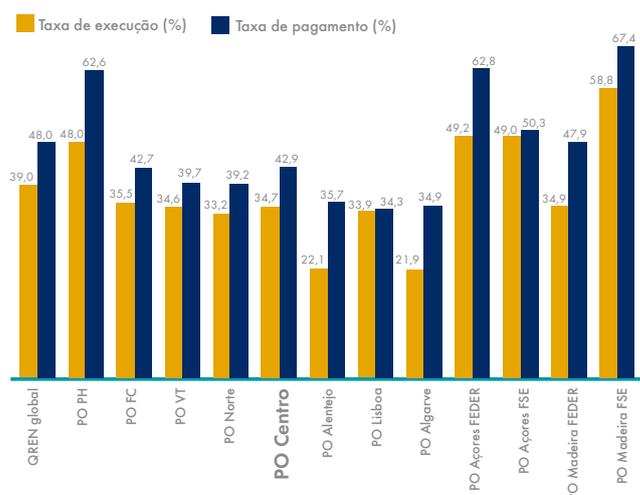
A taxa de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) atingiu 41,3% do valor total de fundo comunitário aprovado até ao final de 2011.

Tal como os indicadores já analisados, também a taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) registou um aumento elevado (mais 6,3 p.p. do que em final de setembro de 2011 e mais 13,4 p.p. que em final de dezembro de 2010), fixando-se em 42,9% a 31 de dezembro de 2011. No final de 2011, e tal como já se tinha verificado no final do trimestre anterior, as taxas de execução, de realização e de pagamento do Mais Centro eram as mais elevadas entre as registadas por todos os PO regionais do Continente.

A taxa de pagamento corresponde a um volume de pagamentos efetuados aos beneficiários do Mais Centro que ascendeu a 613,1 milhões de euros, tendo assim aumentando 328 milhões de euros face ao final do ano anterior.

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		dezembro 2011	setembro 2011	junho 2011	março 2011	dezembro 2010
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	793,2	659,9	554,0	454,4	370,9
Fundo comunitário	milhões €	590,5	486,6	405,3	325,9	261,3
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	613,1	499,6	416,7	336,9	285,1
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	83,9	80,2	72,7	64,0	56,9
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	34,7	28,6	23,8	19,2	15,4
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	41,3	35,7	32,7	29,9	27,0
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	42,9	36,6	33,7	31,0	29,5
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	103,8	102,7	102,8	103,4	109,1

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (31 de dezembro de 2011)

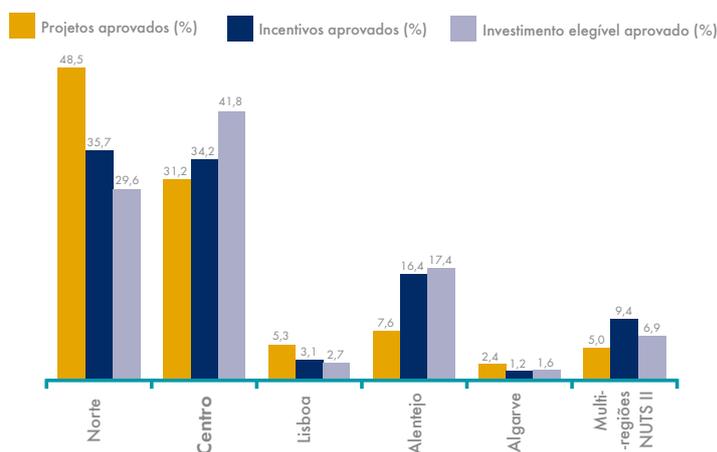


Ao longo do ano de 2011, a Região Centro evidenciou um desempenho muito positivo na Agenda Temática da Competitividade, no âmbito do QREN, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos, o que se tem devido a uma forte dinâmica regional de investimento das empresas da região.

No final de 2011, era a região do Continente com maior valor de investimento elegível aprovado. Em termos de incentivos aprovados nos Sistemas de Incentivos, nesta data, era a segunda região (a seguir ao Norte) que mais beneficiava de apoio comunitário, concentrando 34,2% do total de incentivos aprovados no país. Até ao final de dezembro de 2011, tinham sido aprovados 1.817 projetos de empresários na região através dos Sistemas de Incentivos, financiados pelo Mais Centro e pelo PO FC, o que representava um investimento elegível de 3 mil milhões de euros e um incentivo de 994 milhões de euros.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos apenas no âmbito do Mais Centro, até ao final do quarto trimestre de 2011, o número de projetos aprovados respeitantes a intenções de pequenas e médias empresas era de 1.161, aos quais correspondia 508 milhões de euros de investimento elegível, 309 milhões de euros de incentivos aprovados e 107 milhões de euros de execução. Em termos de realizações, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 885 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 152 são novas empresas/*start-up* e 75 são novas empresas/*start-up* de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de dezembro de 2011)



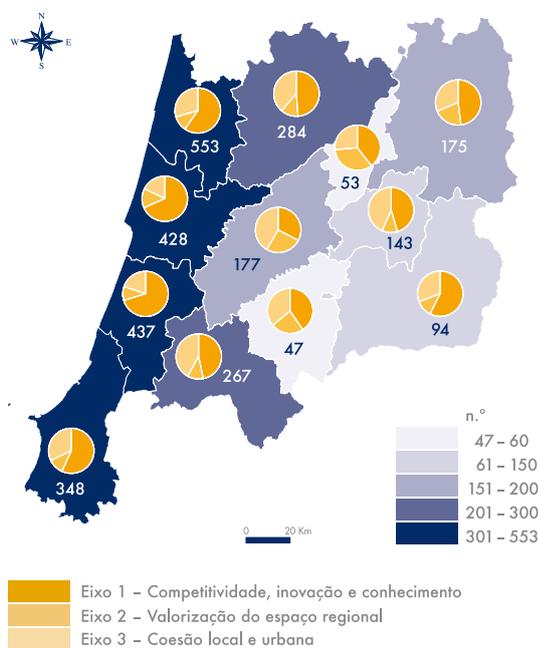
A distribuição territorial dos projetos aprovados na Região Centro até ao final de 2011, no âmbito do Mais Centro, voltava a destacar as quatro sub-regiões localizadas no litoral da Região Centro (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste). Este território litoral da região concentrava 59% do total de operações aprovadas e 58% do total de FEDER aprovado no Mais Centro. Médio Tejo e Dão-Lafões também têm registado valores importantes, nomeadamente ao nível do número de projetos aprovados.

Relativamente à distribuição do fundo aprovado por eixos prioritários²³, que após a reprogramação do Mais Centro estão estruturados de forma diferente, observava-se uma maior concentração de FEDER aprovado nos eixos Competitividade, Inovação e Conhecimento (eixo 1) e Coesão Local e Urbana (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da Região Centro, com exceção da Beira Interior Norte em que a Valorização do Espaço Regional (eixo 2) assumia maior importância.

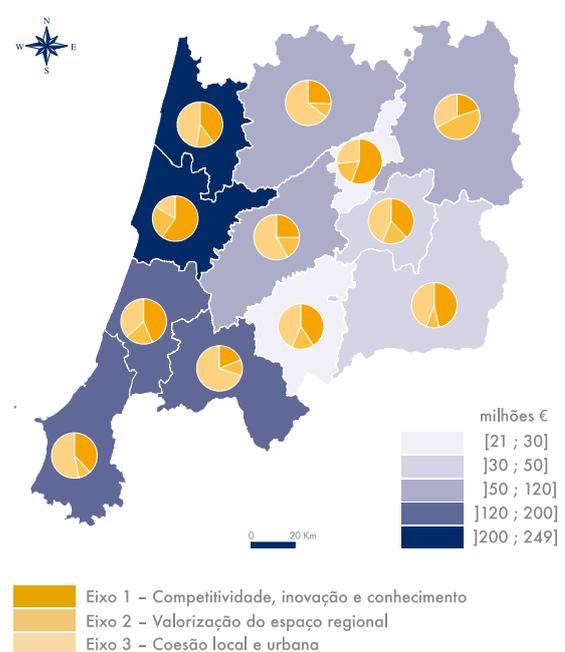
No final de 2011 e à semelhança do que ocorreu ao longo dos vários trimestres do ano, o fundo comunitário aprovado relativizado pela população residente evidenciava a relevância da Beira Interior Norte e do Baixo Mondego. Este indicador continuava a apresentar valores ainda relevantes na Serra da Estrela e no Pinhal Interior Norte. Também as operações aprovadas no Mais Centro com maior dimensão média (fundo comunitário/número de operações aprovadas) se encontravam localizadas nas sub-regiões Baixo Mondego e Beira interior Norte, no final de 2011.

²³ Os eixos prioritários em que se encontra estruturado o Mais Centro sofreram alterações após a reprogramação do Programa, submetido à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovado em meados de dezembro de 2011 (tal como referido na nota introdutória deste capítulo).

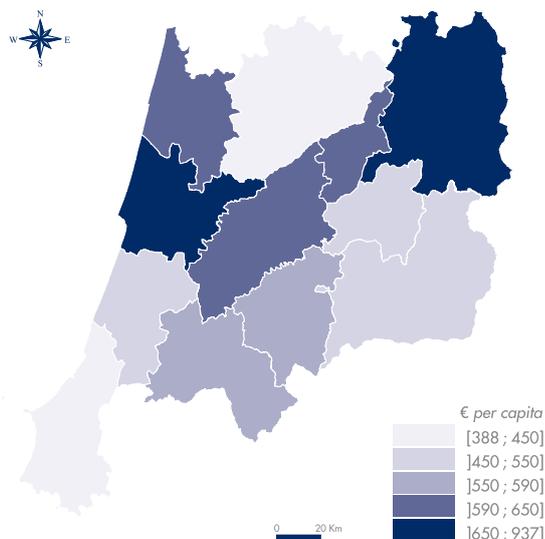
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(31 de dezembro de 2011)



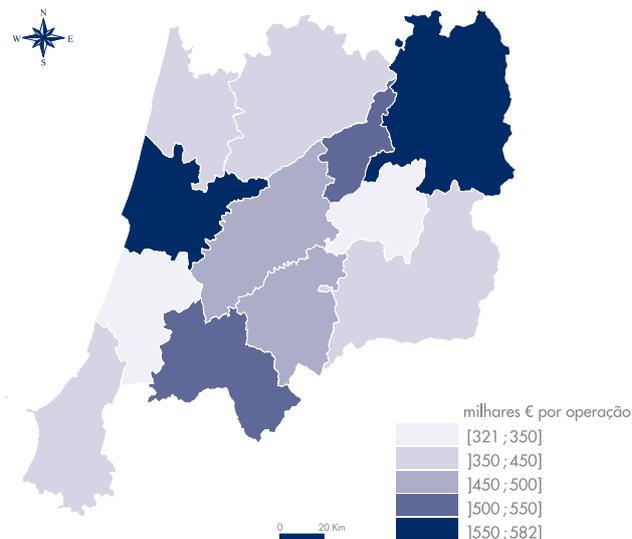
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2011)



Fundo comunitário aprovado per capita no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2011)



Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2011)



COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DO SUDOESTE EUROPEU 2007-2013

O Programa de Cooperação Transnacional Sudoeste Europeu 2007 – 2013 (SUDOE IVB) tem como principal intuito a consolidação do espaço do sudoeste europeu (Portugal, Espanha, algumas regiões de França e Gibraltar – Reino Unido) como um espaço de cooperação territorial nos domínios da competitividade e inovação, do ambiente, do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território, que contribua para assegurar uma integração harmoniosa e equilibrada das suas regiões no âmbito dos objetivos da coesão económica e social da União Europeia.

O SUDOE IVB lançou a segunda convocatória aberta apenas às suas duas primeiras prioridades:

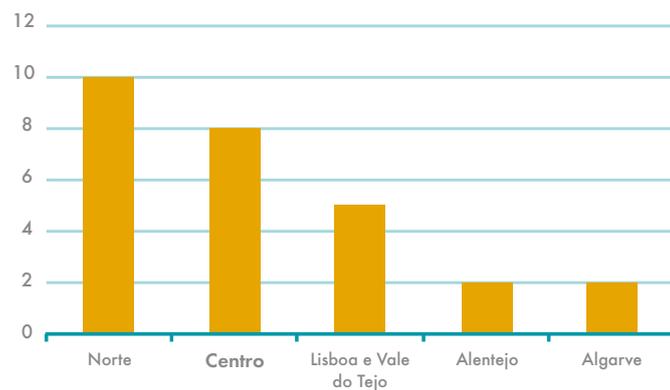
- Prioridade 1: Inovação – Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica;
- Prioridade 2: Ambiente – Melhorar a sustentabilidade para a proteção e conservação do ambiente e meio natural do SUDOE;

Foram aprovadas 28 candidaturas, das quais 14 pertencem à Prioridade 1 e 14 à Prioridade 2, com o compromisso de um FEDER total de 25.318,1 milhares de euros (58,3% atribuído à Prioridade 1 e 41,7% à Prioridade 2).

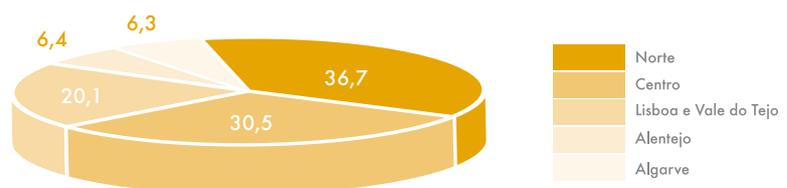
De entre estes 28 projetos, 22 têm uma parceria composta por três Estados (78,6% do total), enquanto os outros seis projetos são bilaterais. Portugal participa em 24 dos 28 projetos, mas com um FEDER de 2.385,9 milhares de euros (apenas 9,4% do FEDER atribuído nesta convocatória).

Em termos regionais, nestes 24 projetos com participação portuguesa a Região Centro assume uma melhor posição relativamente à primeira convocatória, estando na segunda posição (a seguir ao Norte), quer em termos de número de projetos em que participa, quer em termos de FEDER aprovado (8 projetos e 30,5% do FEDER aprovado).

Distribuição regional dos projetos com participação portuguesa (N.º)



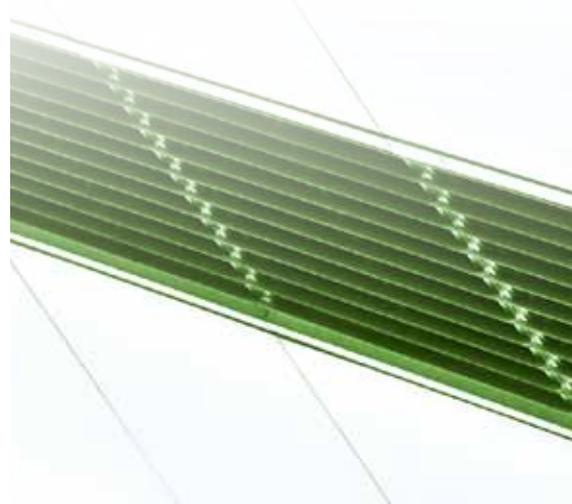
Distribuição regional do FEDER aprovado nas participações portuguesas (%)



Dos oito projetos aprovados na Região Centro, cinco enquadram-se na Prioridade 2 e três na Prioridade 1.

As entidades da Região Centro que participam nos projetos aprovados são, na Prioridade 1, a Universidade de Aveiro, o CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior e a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém.

Na Prioridade 2, são a empresa municipal AmbiOurém, E.E.M. (Município de Ourém), o CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, novamente a Universidade de Aveiro (em 2 projetos) e o CBE - Centro da Biomassa para a Energia.



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

A IMPORTÂNCIA E AS ALTERAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DA REGIÃO CENTRO

A agropecuária, pelo papel determinante que detém na provisão de bens alimentares essenciais à subsistência humana, apresenta-se como basilar na atividade económica de uma região. Apesar de, ao longo dos tempos, a sua importância relativa ter vindo a diminuir, a atividade agrícola e florestal ainda cobre uma parte significativa do território português e detém um papel importante não apenas no abastecimento alimentar como também ao nível da paisagem e proteção da natureza com todas as consequências que daí advêm para outras atividades, como por exemplo a turística.

Dada a relevância desta atividade e uma vez que foram divulgados os resultados definitivos da maior operação estatística nacional ao nível agrícola, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística, o Recenseamento Agrícola 2009, importa efetuar uma breve caracterização deste setor na Região Centro²⁴, assim como da sua evolução na última década.

Perto de um terço da superfície regional ocupada por explorações agrícolas

No ano 2009 foram recenseadas na Região Centro 105.092 explorações agrícolas, correspondendo a mais de um terço das unidades nacionais. As explorações da região ocupavam cerca de 31% do território regional, ou seja, 879.726 hectares, conduzindo a que a área média por exploração fosse de 8,4 hectares. Estes valores traduzem uma realidade muito diferenciada do que sucedia a nível nacional uma vez que, por um lado, as explorações nacionais abrangiam cerca de metade do território e por outro lado, essas explorações ocupavam, em média, 15,4 hectares cada, valor muito superior ao da Região Centro.

²⁴ Foi considerada a delimitação da Região Centro de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, segundo o qual a região se divide em 12 sub-regiões NUTS III e 100 municípios.

CONCEITOS

Exploração agrícola

Unidade técnico-económica que utiliza em comum fatores de produção (mão de obra, máquinas, instalações, terrenos, etc.) e que tem de satisfazer, quatro condições:

- produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
- atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (em termos de área e/ou número de animais);
- estar localizada num local bem determinado e identificável;
- estar submetida a uma gestão única.

Indicadores relativos à estrutura das explorações agrícolas

NUTS	2009					variação 1999-2009	
	Explorações	Superfície total	Superfície agrícola utilizada (SAU)	Área média por exploração	Peso da SAU nas explorações	N.º Explorações	Superfície agrícola utilizada (SAU)
	(1)	(2)	(3)	(2) / (1)	(3) / (2)	(4)	(5)
	N.º	Ha			%		
Portugal	305.266	4.709.131	3.668.145	15,4	77,9	- 26,6	- 5,0
Região Centro	105.092	879.726	570.003	8,4	64,8	- 35,3	- 21,3
Baixo Vouga	8.701	37.092	23.627	4,3	63,7	- 43,7	- 23,0
Baixo Mondego	10.689	52.757	33.590	4,9	63,7	- 38,8	- 22,6
Pinhal Litoral	5.988	22.999	13.469	3,8	58,6	- 51,3	- 44,8
Pinhal Interior Norte	7.033	33.804	14.392	4,8	42,6	- 30,1	- 25,7
Dão-Lafões	17.013	75.485	40.358	4,4	53,5	- 30,6	- 22,3
Pinhal Interior Sul	4.994	41.878	9.714	8,4	23,2	- 36,9	- 31,9
Serra da Estrela	3.637	22.251	14.915	6,1	67,0	- 24,6	- 22,9
Beira Interior Norte	11.985	169.741	130.796	14,2	77,1	- 30,6	- 22,3
Beira Interior Sul	7.225	210.006	140.098	29,1	66,7	- 25,2	- 17,1
Cova da Beira	5.922	59.252	41.509	10,0	70,1	- 31,7	- 13,4
Oeste	12.304	80.074	64.204	6,5	80,2	- 40,7	- 23,9
Médio Tejo	9.601	74.390	43.332	7,7	58,2	- 28,9	- 15,7

Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das partes.

Sub-regionalmente era possível verificar que no Dão-Lafões se concentrava o maior número de explorações da região (cerca de 16,2% do total regional), as quais tinham, no entanto, uma dimensão média reduzida (4,4 hectares). As explorações com dimensões médias mais expressivas encontravam-se na Beira Interior Sul (29,1 hectares), Beira Interior Norte (14,2 hectares) e Cova da Beira (10 hectares), únicas sub-regiões com explorações com uma extensão média superior à da Região Centro. Efetivamente, este indicador evidencia uma dicotomia entre o litoral e o interior da região, com os municípios que fazem fronteira com Espanha com explorações de dimensões médias bastante superiores às do litoral. Veja-se o contraste municipal entre Idanha-a-Nova, onde a área média atingiu o valor máximo de 62,7 hectares e Oliveira do Bairro que detinha as explorações com menor dimensão média (2,9 hectares).

Em termos de dimensão económica verificava-se um padrão territorial em que a valorização no litoral revelava-se mais significativa do que no interior da região. A dimensão económica média das explorações foi aferida através do valor de produção padrão total (VPPT). Na Região Centro, as explorações agrícolas foram responsáveis por um VPPT de 1.378.347 mil euros, correspondendo a cerca de 29,7% do VPPT nacional. Genericamente, os municípios pertencentes às sub-regiões do litoral apresentavam valores mais elevados do indicador peso relativo de explorações com VPPT igual ou superior a 100.000 euros, destacando-se diversos municípios do Oeste e do Baixo Vouga. Esta constatação poderá estar relacionada com o tipo de especialização produtiva das explorações destes territórios. Contudo, também para o interior, embora de forma mais pontual, se constatava alguma relevância de grandes explorações, nomeadamente no Entroncamento e Idanha-a-Nova onde as explorações com uma dimensão económica média igual ou superior a 100.000 euros representavam mais de 6,4% do total de explorações desses municípios.

CONCEITOS

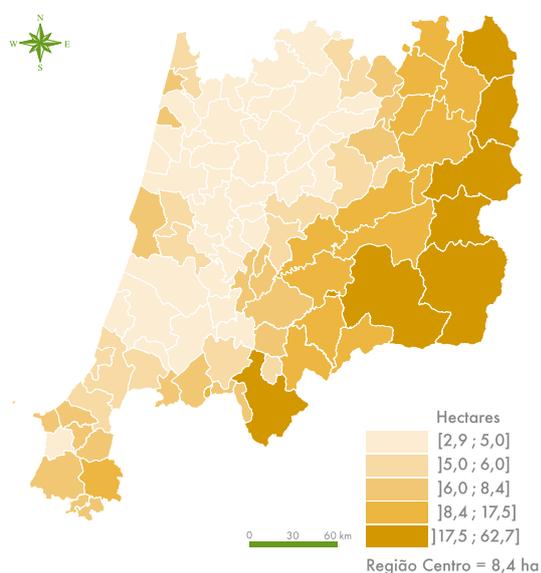
Valor de produção padrão total (VPPT)

Soma dos valores de produção padrão de cada uma das atividades presentes na exploração multiplicados pelo respetivo número de unidades (de área ou efetivo) dessas atividades existentes na exploração.

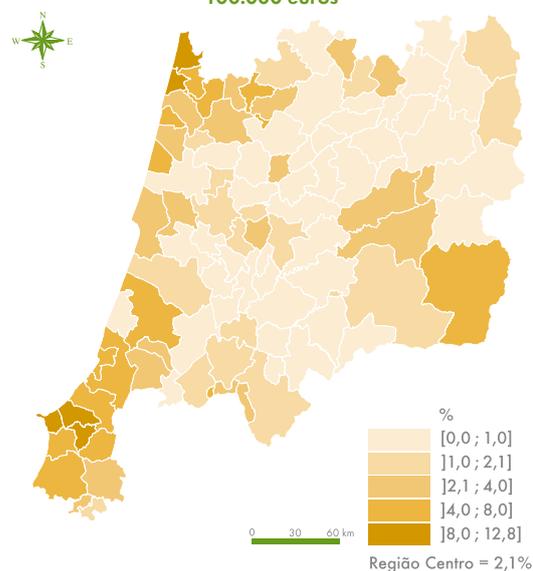
Valor de produção padrão (VPP)

Valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos valores de produção padrão cobriu o quinquénio 2005 a 2009, para o nível geográfico NUTS II.

Área média por exploração, 2009



Peso relativo das explorações com VPPT igual ou superior a 100.000 euros

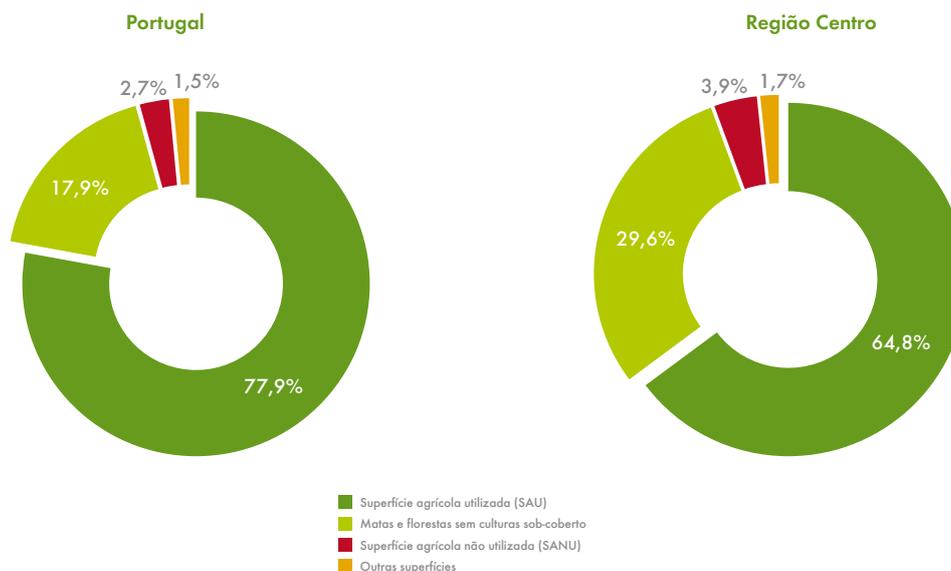


As explorações agrícolas compreendem superfícies com utilizações diferenciadas. Para além da superfície agrícola utilizada (SAU), as explorações podem ainda ser compostas por área florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo, superfícies agrícolas não utilizadas mas suscetíveis de fácil recuperação para aproveitamento agrícola e outras superfícies como, por exemplo, edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc.

Em 2009, na Região Centro, a SAU ocupava, em média 64,8% da área das explorações, tendo uma importância relativa bastante mais baixa do que a média das explorações portuguesas (77,9%). A diferença observada poderá estar relacionada com a importância que a atividade florestal assumia na região. De facto, enquanto que em Portugal a área das explorações ocupada apenas por matas e florestas correspondia a 17,9%, na região subia para 29,6%.

Na Região Centro, era no Oeste que a SAU apresentava uma maior representatividade, ocupando, em média, 80,2% da área das explorações, o que poderá de alguma forma estar relacionado com a perspetiva mais empresarial dos produtores agrícolas desta sub-região. Em situação oposta encontravam-se o Pinhal Interior Sul onde a SAU não chegava a constituir um quarto da superfície das explorações e o Pinhal Interior Norte onde representava apenas 42,6%, sub-regiões dominadas por uma mancha florestal muito expressiva, conduzindo a que, em média, as explorações apresentassem uma ocupação de matas e florestas sem aproveitamento agrícola simultâneo muito elevada.

Decomposição da superfície das explorações, 2009



Mais de um terço das explorações desapareceu numa década

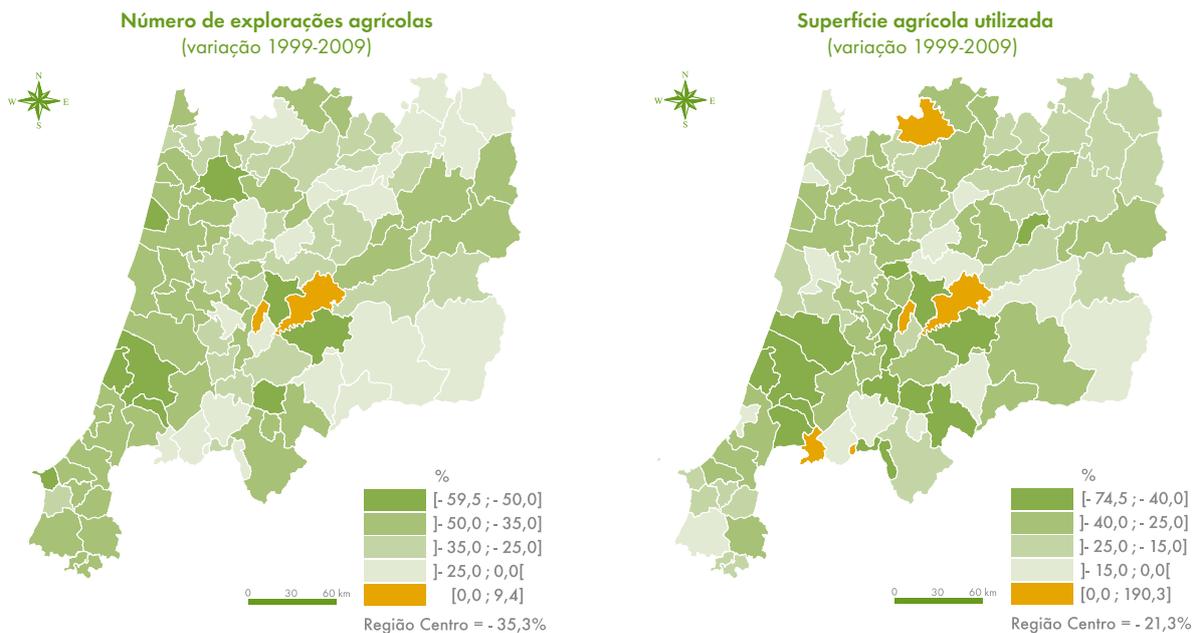
Na última década, na Região Centro, assistiu-se a um decréscimo de 35,3% nas explorações agrícolas, ou seja, a uma perda média de 5.728 explorações por ano. Tratou-se de uma diminuição mais acentuada do que a verificada a nível nacional onde, ainda assim, se registou uma contração superior a um quarto das explorações agrícolas. Na Região Centro, com exceção das explorações sem superfície agrícola, cuja importância era residual, foi nas explorações com menor dimensão de SAU (inferior a um hectare) que o decréscimo foi mais significativo, tendo abrangido quase metade das explorações dessa dimensão em atividade em 1999.

A redução de explorações não foi uniformemente distribuída pela região. Ela foi mais sentida nas sub-regiões do litoral, e particularmente no Pinhal Litoral onde se constatou uma diminuição de 51,3%. Efetivamente, dos cinco municípios que compõem esta sub-região, Batalha, Marinha Grande e Leiria registaram variações acima de 53,9%, tendo sido apenas ultrapassados, em toda a região, por Mira (-59,5%). No interior da região a evolução não foi tão negativa. A Serra da Estrela, a Beira Interior Sul e o Médio Tejo foram as NUTS III menos afetadas pela redução de explorações, aqui se destacando Torres Novas, Entroncamento e Alcanena, por registarem as diminuições mais reduzidas (a não atingirem -13,0%). Os dois únicos municípios em contraciclo foram Pampilhosa da Serra, onde as explorações cresceram 9,4% e Castanheira de Pera que manteve as 68 explorações contabilizadas em 1999. A diferente evolução entre litoral e interior poderá estar relacionada com a conjugação de diversos fatores como, por exemplo, a existência de uma maior valorização dos terrenos decorrente de uma maior concentração urbana e industrial, de uma população mais jovem e de mais alternativas profissionais no litoral do que no interior da região.

²⁵ No Recenseamento Agrícola 2009 as áreas de pinheiro manso destinadas à produção de pinhão foram consideradas culturas permanentes e, conseqüentemente, integradas na SAU, facto que não sucedeu no anterior recenseamento agrícola.

Como se trata de uma cultura com expressão residual na Região Centro (representando apenas 0,2% da SAU e 0,7% das culturas permanentes), que em pouco altera as conclusões da análise comparativa com o período precedente, optou-se pela manutenção das áreas de pinheiro manso no ano 2009.

A diminuição das explorações, entre os anos de 1999 e 2009, foi acompanhada por um decréscimo na respetiva superfície total (-24,7%) e SAU²⁵ (-21,3%). Ao nível municipal, destaca-se Manteigas por, em 2009, deter apenas cerca de um quarto da superfície agrícola utilizada em 1999. Também em Góis, Batalha e Oleiros se assistiu a uma redução da SAU, superior a 50%. Os únicos municípios a verificarem um aumento foram Entroncamento, onde a SAU quase triplicou, e Pampilhosa da Serra, Alcanena, São Pedro do Sul e Castanheira de Pera com acréscimos mais modestos, a não ultrapassarem 17,2%.



Predomínio das culturas temporárias no litoral e das pastagens permanentes junto à fronteira

A composição da SAU apresentava diferenças sub-regionais. Em termos médios, existia na Região Centro, em 2009, um predomínio das terras aráveis (37,9%), onde se incluem as culturas temporárias e o pousio. Seguiam-se as pastagens permanentes e as culturas permanentes e, de forma residual, a horta familiar. Na ocupação da maioria dos terrenos com culturas temporárias, a sua cultura principal estava relacionada com a alimentação animal. Efetivamente, as culturas forrageiras representavam 51,7% da área de culturas temporárias em cultura principal e os prados temporários 3,9%. Ao nível das culturas permanentes é de ressaltar a importância do olival cuja área correspondia a cerca de metade da superfície das culturas permanentes. Na última década o peso das culturas temporárias em cultura principal na Região Centro decresceu (de 36,4%, em 1999, passou para 31,6%, em 2009). O declínio da representatividade das culturas permanentes foi menos significativo (27,6%, em 2009, face a 29,4%, em 1999).

CONCEITOS

Culturas temporárias

Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) ou que são ressemeadas com intervalos que não excedem os cinco anos (por exemplo, prados temporários).

Cultura temporária principal

Cultura que proporciona maior rendimento económico quando, numa mesma parcela de terreno se efetuam sucessivamente duas culturas no mesmo ano agrícola.

Pousio

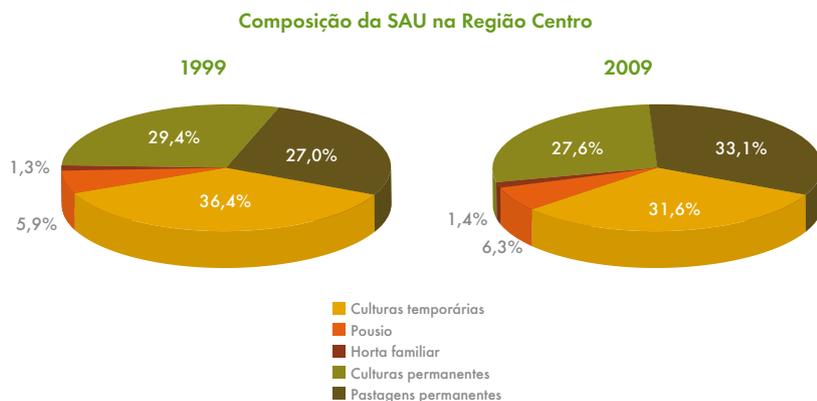
Áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheitas durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies. Inclui as superfícies em regime de pagamento único (RPU) sem produção.

Pastagens permanentes

Superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Culturas forrageiras

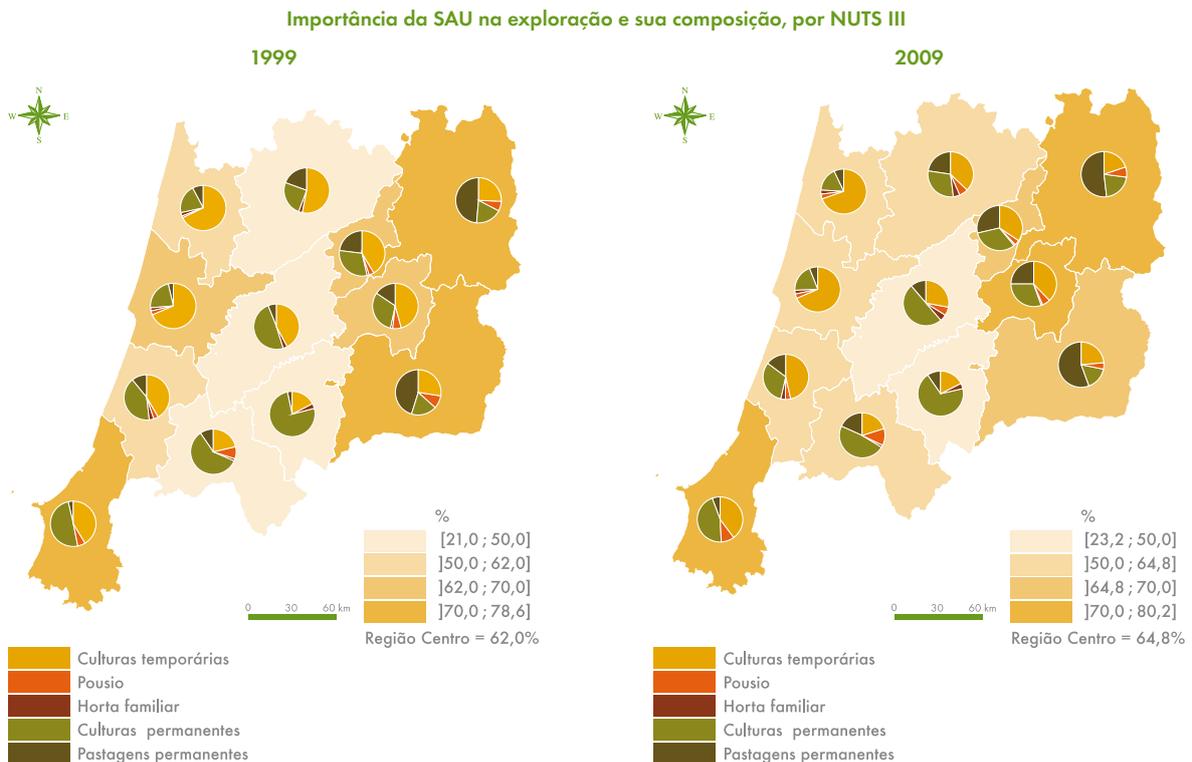
Plantas herbáceas destinadas ao corte antes de atingirem a maturação completa para serem dadas ao efetivo animal em verde ou, depois de conservadas, como feno ou silagem.



Sub-regionalmente é possível ainda verificar que nas NUTS III que faziam fronteira com Espanha a importância das pastagens permanentes era muito expressiva, representando mais de metade da SAU. Destacam-se Sabugal, Almeida, Guarda e Idanha-a-Nova, municípios onde o peso das pastagens permanentes superou os 62,8%. Já na maioria das sub-regiões do litoral eram as culturas temporárias a deter uma acentuada representatividade na SAU, apesar da sua composição ser diferenciada. Assim, enquanto que no Baixo Vouga predominavam, em cultura principal, as culturas forrageiras, no Baixo Mondego e Pinhal Litoral a maior preponderância encontrava-se nos cereais para grão, sendo esta mais acentuada no Baixo Mondego, onde o milho representava 34,5% das culturas temporárias em cultura principal e o arroz 26,0%. Apesar disso, ao nível municipal, foi em Constância que se observou a maior importância dos cereais para grão (97,6% das culturas temporárias em cultura principal), ultrapassando Soure, Figueira da Foz, Coimbra e Montemor-o-Velho, todos municípios do Baixo Mondego.

No Oeste, Médio Tejo, Pinhal Interior Norte e, especialmente no Pinhal Interior Sul, destacava-se o peso das culturas permanentes na estrutura da SAU. Contudo, enquanto que no Oeste havia algum equilíbrio entre o olival e os pomares de frutos frescos, nas restantes sub-regiões verificava-se o predomínio claro, com mais de três quartos da superfície de culturas permanentes, de olival. Refira-se que, na Região Centro apenas três municípios (Ovar, Murtoesa e Peniche), todos localizados na faixa litoral, não detinham qualquer área de olival.

Por comparação com o ano de 1999, verifica-se alguma alteração na ocupação cultural das terras, realçando-se, em quase todas as sub-regiões, o crescimento da importância das pastagens permanentes e do pousio. Contudo, enquanto que mais para o interior esta modificação foi efetuada devido, maioritariamente, à redução do peso das culturas temporárias, no litoral e ainda no Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, a variação ocorreu em detrimento das culturas permanentes. O aumento do peso do pousio poderá estar relacionado com a alteração do sistema de ajudas, tendo-se operado, para a maioria dos subsídios, o desligamento do seu pagamento do volume de produção.

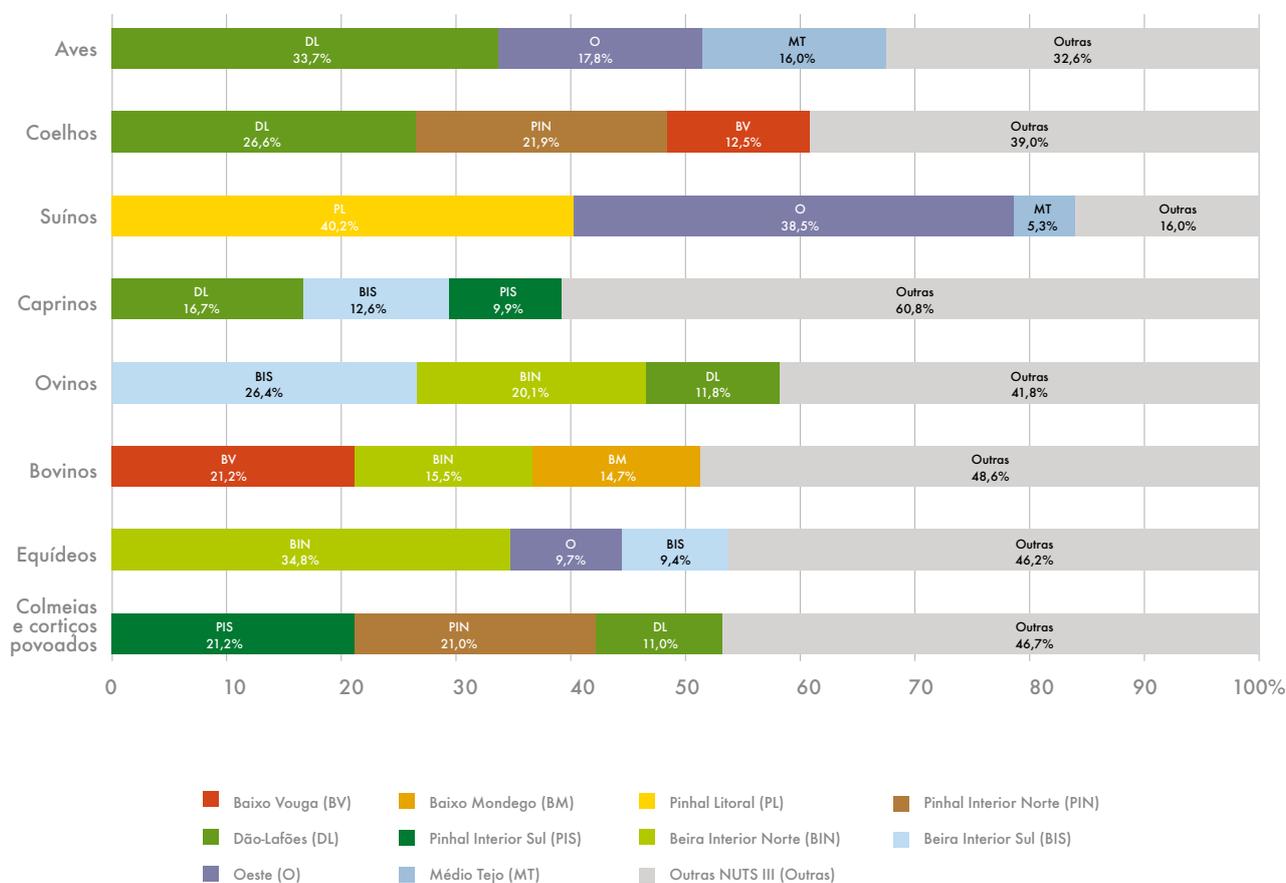


Efetivo avícola da região com expressiva representatividade a nível nacional

Em 2009, uma parte significativa da atividade pecuária a nível nacional encontrava-se na Região Centro. Efetivamente, numa análise por espécie, o efetivo da região representava mais de um terço dos animais de determinadas espécies do país, sendo de salientar a representatividade das aves (74,0%), coelhos (40,2%) e suínos (39,7%).

No que respeita às aves e coelhos é de destacar a importância do Dão-Lafões no total da região, uma vez que aí se encontravam, respetivamente, 33,7% e 26,6% do efetivo dessas espécies animais da Região Centro. Esta concentração poderá estar relacionada com a existência de diversas unidades de produção avícola ou cunícola industriais nesta sub-região. Apesar disso, é interessante verificar que não é nesta sub-região que se registava o maior número médio de efetivos por exploração. No caso das aves, a maior dimensão média era registada no Médio Tejo, em que cada exploração com aves registava 1.030 cabeças, contrastando com a média de 727 animais das explorações do Dão-Lafões. Contudo, enquanto que nesta NUTS III o efetivo destinava-se maioritariamente a carne, no Médio Tejo o objetivo era a produção de ovos. Em relação aos coelhos, o número médio de efetivos registado no Pinhal Interior Norte (59 animais por exploração) era mais do dobro da apresentada no Dão-Lafões. Ao nível da cunicultura é ainda de salientar o peso do município de Oliveira do Hospital onde se concentrava 18,0% dos coelhos da região.

Importância do efetivo animal na Região Centro, 2009



No que toca aos suínos, o realce vai para o Pinhal Litoral e o Oeste por, em conjunto, agregarem perto de 80% do efetivo da Região Centro, aí se destacando Leiria e Alcobaça por deterem, respetivamente, 23,1% e 15,1% dos suínos regionais. Não obstante, a dimensão média das varas no Oeste (183 cabeças) era consideravelmente superior ao número médio de suínos por exploração no Pinhal Litoral (108 cabeças).

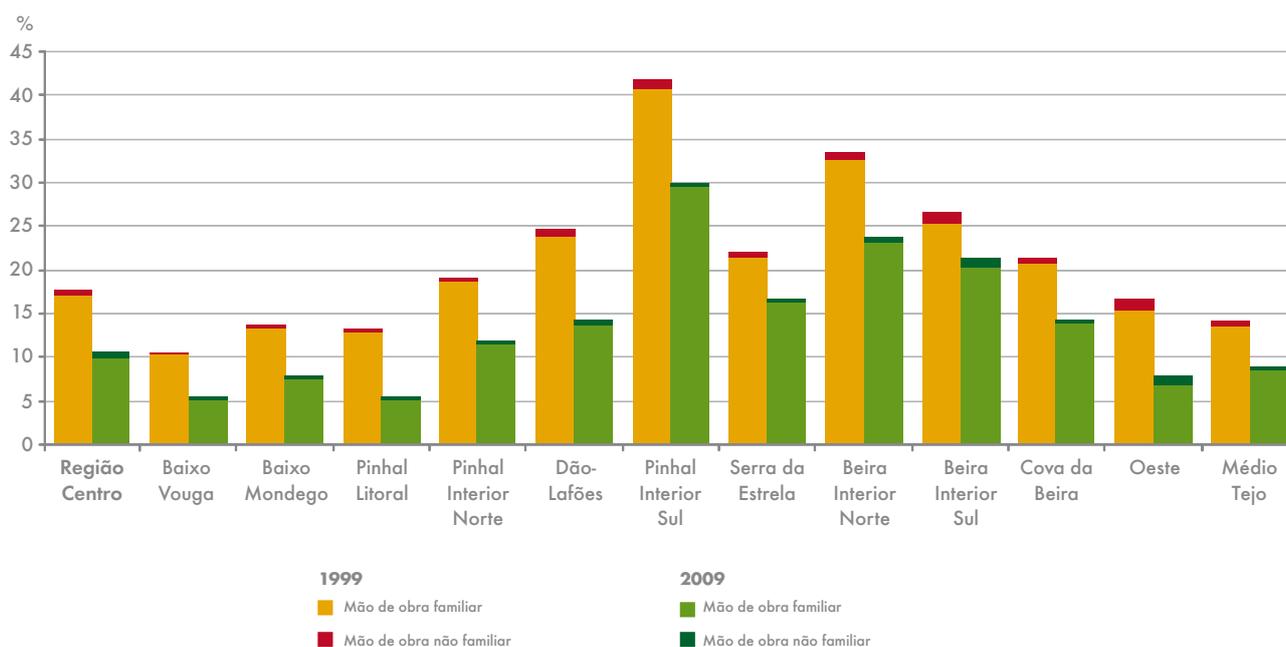
Na última década, na Região Centro, assistiu-se à diminuição do efetivo animal. Ao nível dos animais mais representativos na região em 2009 (aves, coelhos e suínos), o maior decréscimo ocorreu nos coelhos (-39,8%), cuja variação mais do que duplicou a verificada a nível nacional. A sub-região do Oeste foi onde se verificou a maior redução, existindo em 2009 pouco mais de um quarto dos animais presentes em 1999. Contrabalançando um pouco, o Pinhal Interior Norte registou um crescimento muito significativo (155,5%). Em relação aos suínos, a redução também foi elevada, tendo a região perdido mais de um quarto do seu efetivo. Apenas no Pinhal Litoral se observou um aumento desta espécie. Dos vários animais recenseados em 2009, as aves foram as que menor decréscimo evidenciaram, tendo, ainda assim diminuído 8,5%.

Significativa contração da mão de obra agrícola entre 1999 e 2009

Nas explorações agrícolas da Região Centro, em 2009, prestaram atividade regular 244.598 indivíduos, correspondendo a 10,3% da população da Região Centro. Aqueles pertenciam essencialmente ao agregado doméstico do produtor singular²⁶ ou eram deste familiares, representando os assalariados com trabalho regular na exploração agrícola, ou seja, os trabalhadores permanentes apenas 4,8% da mão de obra agrícola regional com ocupação regular. Face a 1999, os valores apresentados traduzem uma redução significativa tanto do volume de mão de obra agrícola como do seu peso na população. Efetivamente, em dez anos registou-se o abandono da atividade por cerca de 40,3% dos indivíduos.

²⁶ Produtor agrícola enquanto pessoa física. Não são consideradas entidades coletivas como sociedades, Estado, cooperativas, fundações, etc.

Peso da mão de obra agrícola na população residente 1999 e 2009



Tal como em 1999, era nas NUTS III do litoral que, também em 2009, a mão de obra agrícola tinha menor representatividade populacional. Inversamente, nas sub-regiões do interior o seu peso aumentava bastante, atingindo o máximo no Pinhal Interior Sul onde 29,9% da população tinha uma ocupação regular na agricultura. Esta situação poderá estar novamente relacionada com a maior diversidade laboral que as sub-regiões do litoral facultam, assim como pelo peso dos jovens ser mais elevado e estes não fazerem uma valorização afetiva das terras tão substancial como as pessoas de maior idade.

A mão de obra agrícola familiar exercia a atividade agrícola essencialmente a tempo parcial. Apenas 14,6% se dedicavam à agricultura a tempo completo. Do tempo de atividade agrícola exercido nas explorações regionais pela mão de obra familiar, a maioria (53,9%) correspondia a trabalho do produtor singular que, em média, despendia 22 horas por semana²⁷ nesta atividade. Já os restantes membros da família ocupavam menos tempo: em média, cerca de 15 horas semanais. O tempo de trabalho agrícola do produtor singular apresentava grande diversidade ao nível sub-regional o que poderá advir não apenas de outras atividades profissionais que o produtor possa ter como ainda das diferentes necessidades de mão de obra dos vários sistemas produtivos. Assim, enquanto que na Beira Interior Sul os produtores singulares trabalhavam nas atividades agrícolas da exploração, em média, 16 horas semanais, no Dão-Lafões esse valor aproximava-se das 27 horas. Relativamente aos trabalhadores agrícolas permanentes, eles trabalhavam essencialmente a tempo completo na agricultura. Apenas 28,6% o faziam a tempo parcial.

Na Região Centro, as explorações agrícolas pertenciam, na quase totalidade (98,3%), a produtores singulares, maioritariamente do sexo masculino. Apesar de continuarem em minoria (28,8%, em 2009), as produtoras agrícolas têm vindo a ganhar importância ao longo do tempo. Em 2009, a idade média do produtor agrícola da região rondava os 64 anos, significando um envelhecimento de quatro anos, face a 1999.

Apesar da maioria dos produtores singulares da região se dedicar à atividade agrícola a tempo parcial, apenas um quarto declarava possuir uma atividade remunerada exterior à exploração, em 2009. A complementaridade de atividades dos produtores singulares diminuiu numa década. Efetivamente, em 1999, o peso dos produtores com outras atividades remuneradas ascendia a 32,4%. A existência de uma atividade remunerada exterior à exploração era uma realidade mais patente nos produtores singulares das sub-regiões do litoral do que das do interior, facto que poderá estar relacionado com a existência de maiores oportunidades de trabalho e de um tecido empresarial mais denso e ativo nas sub-regiões litorais. Aqui é de destacar o município de Sobral de Monte Agraço, onde 41,0% dos produtores tinha outra atividade remunerada para além da resultante da exploração.

²⁷ Para o cálculo deste indicador partiu-se do conceito de unidade de trabalho ano (UTA) que consiste numa unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional

- INE – Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho

- INE – Inquérito ao Emprego (Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registrado

- IEFP – Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE – Estimativas Anuais da População Residente (2009 e 2010)

• Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE – Serviços Portugal, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

• Comércio Internacional de Bens

- INE – Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções selecionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

• Turismo

- INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação

- INE – Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
 - Crédito à habitação vencido (cálculos próprios)

• Preços e Consumo Privado

- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e saídas de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
 - Assinantes do serviço de televisão
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
 - Rácio de crédito vencido para consumo e outros fins

• Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 12, 13 e 14
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• Cooperação Transnacional do Sudoeste Europeu 2007-2013

- Programa de cooperação transnacional Sudoeste Europeu 2007-2013 (SUDOE IVB)

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• A importância e as alterações recentes na agricultura da Região Centro

- INE – Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos principais resultados, Lisboa (2011)
- Destaque – informação à comunicação social, 17 de Maio de 2011

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2011 foi recolhida até ao dia 15 de Março de 2012.



comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

Co-financiamento:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional